



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 012

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Doutor Luciano</i>

## *Representação Partidária*

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 010ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
09 DE MARÇO DE 2004**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Luiz Nishimori.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielese, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofício:**

OFÍCIO Nº 10/2004

Curitiba, 10 de março de 2004.

Senhor Presidente:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, dirijo-me a V. Exa. para comunicar-lhe que com o término da minha

licença para tratamento de saúde, nesta presente data estou reassumindo as minhas funções parlamentares.

Na oportunidade, renovo a V. Exa. protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) NELSON GARCIA

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 258**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 036/2004, de nossa autoria, que denomina de Governador Antonio Anibelli a ponte de concreto sobre o Rio Ivaí, na PR-576, ligando Santa Mônica com o município de Tapira (Rodovia Tildo Mazzarino).

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

**REQUERIMENTO Nº 250**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 053/2004, de sua autoria, tendo em vista a apresentação de requerimento para contemplar a matéria do projeto.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) CLEITON KIELESE

**REQUERIMENTO Nº 260**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 11 do corrente mês (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10.04.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

**REQUERIMENTO Nº 256**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto e soberano Plenário, e consignação da Ata da presente Sessão Plenária, a formação de uma Comissão Parlamentar Especial, junto à Assembléia Legislativa, com 05 (cinco) membros de diferentes partidos, com a finalidade de acompanhamento da mudança da projeção das divisas territoriais dos Estados e municípios junto à costa marítima paranaense.

A comissão será instalada no prazo máximo de 05 (cinco) dias, tendo a data limite a decisão final do pro-

cesso junto ao Projeto nº 7472/2002, de autoria do deputado federal Gustavo Fruet, que trata desta matéria.

Requer, desde já, que V. Exa aprecie e defira o requerido em epígrafe.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

Caberá a esta comissão, a análise e acompanhamento junto a estudos formatados pelo Movimento Pró-Paraná, com as informações para que a plataforma continental paranaense seja respeitada, conseqüentemente respondendo a compensação financeira em forma de royalties por produção de petróleo e gás natural para o Estado e aos municípios lindeiros.

Comissão extremamente fundamental para garantia de arrecadação de recursos em forma de royalties, como também de defesa da costa marítima paranaense, aonde neste momento perderemos cerca de 80% do território que nos é devido por direito, dando isonomia aos demais Estados, fazendo prevalecer a Constituição, que todos os Estados têm os mesmos direitos e deveres.

Hoje significaria uma perda de mais de 4 milhões de reais, distribuídos 20% aos municípios e o restante para o Estado, conseqüentemente abalando a estrutura financeira do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 248

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença para tratamento de saúde de 121 (cento e vinte e um) dias, conforme atestado médico em anexo.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### COORDENADORIA MÉDICA LAUDO MÉDICO Nº 009/2004

Aos seis dias do mês de março de 2004, a Junta Médica infra-assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Ademar Luiz Traiano, concluiu achar-se o mesmo com CID 10 K 29.01.K 29.4 Gastrite Aguda (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte). Tendo-lhe sido concedidos 121 (cento e vinte e um) dias de licença para tratamento, de 10/03/2004 a 09/07/2004.

(aa) Dr. ROGÉRIO AUGUSTO CAMARGO SCHEIBE  
DR. CARLOS ARTHUR BONATO

#### REQUERIMENTO Nº 262

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, COMUNICA que estará se ausentando da Assembléia Legislativa dos dias 27 de abril a 07 de maio próximo, para participar do Programa Líder Público - Missão de Estudos, à Europa

(Espanha e Itália) conforme convite e programação, com a finalidade de conhecer experiências de desenvolvimento sustentável.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

#### REQUERIMENTO Nº 240

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da professora Cecília Westphalen.

Requer mais, que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Cecília Maria Westphalen, respeitada historiadora paranaense, faleceu ontem, aos 76 anos de idade, depois de uma vida plena a serviço da educação e da cultura de nossa terra.

Ainda recentemente, a professora Cecília Westphalen participou, com o brilho que lhe era próprio, da Comissão Comemorativa do Sesquicentenário de Emancipação do Paraná, realizando destacada palestra sobre nossa origem e nossos episódios principais, no Ciclo de Formação do Território, promovido em conjunto pela Universidade Federal do Paraná, Governo do Estado e entidades culturais.

Cecília Westphalen, nascida de família de imigrantes, radicada na Lapa tradicional, quis ser sepultada nessa cidade-símbolo da afirmação e do heroísmo dos paranaenses.

Jovem ainda, ouvia de seus familiares, crônicas estimulantes sobre os feitos dos colonizadores e dos heróis que forjaram na Lapa de 1894, a legenda de resistência republicana que assegurou a consolidação do novo regime, após a queda da monarquia. Essa convivência despertou-lhe o gosto pelos estudos históricos, levando-a a cursar a Universidade Federal e tornar-se, depois, professora de História nessa tradicional casa de ensino do Paraná.

Mestra, dedicou-se à pesquisa de nossa formação, lançando obras memoráveis, como o “Atlas Histórico do Paraná”, em conjunto com Jayme Cardoso - até hoje uma obra de referência insubstituível. Pesquisou os arquivos que documentam nossa formação, lançando obras como a biografia do imperador espanhol Carlos V, sobre o Porto de Paranaguá, o levantamento de arquivos e, mais recentemente, coordenou a publicação de uma série de ensaios sobre a colonização italiana, em apoio à sua colega Altiva Balhana.

Em seu último trabalho público, a conferência sobre a formação paranaense, dada no auditório da Reitoria da UFPR por ocasião dos 150 anos, Cecília Westphalen historiou as dificuldades atravessadas pela região

desde o descobrimento, recomendando aos paranaenses que se esforçassem pela integração que, só ela daria robustez à identidade comum que estamos construindo no seio da Nação brasileira.

Que a lição da mestra, seu legado maior, esteja presente a cada paranaense de boa vontade, no momento em que pranteamos sua memória.

#### REQUERIMENTO Nº 254

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de pesar aos familiares da Sra. Cecília Maria Westphalen, pelo falecimento ocorrido no último dia 09 de março de 2004.

Cecília Westphalen, imanente professora, amante do saber e da História, foi personagem cardeal no estudo da História paranaense, da qual surgiram ricas obras como o “Atlas Histórico do Paraná” e “História do Paraná”. Com sua partida, o Paraná ficou órfão de sua maior historiadora, responsável por novos ares na arte das pesquisas em História.

Solicito a especial gentileza em notificar os familiares acerca do voto em apreço, no endereço: Rua Pe. Anchieta, 1025 - ap. 61, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 257

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação da Ata da presente Sessão Plenária, de votos de pesar pelo falecimento da Sra. Dirce Marques Ribeiro, esposa do ex-diretor geral da Polícia Civil, senhor Leonil Ribeiro, nesta Capital.

O tempo não apaga a dor trazida por perdas dessa magnitude; fica uma grande lacuna em nossas vidas, pela falta da amiga querida, mãe carinhosa, espaço que ninguém poderá ocupar. Só nos resta guardar bons momentos vividos e orar pela paz e conforto de toda a família que ficará com eterna saudade.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada, à Rua José Loureiro, 540 - 11º andar - Centro - CEP 80010-000 - Curitiba / Paraná.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) CLEITON KIELSE

#### REQUERIMENTO Nº 263

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Domingos Antônio Puton, ocorrido dia 26 de fevereiro/2004, na cidade de Colombo / PR.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 26 de fevereiro, faleceu na cidade de Colombo, o Sr. Domingos Antônio Puton, com 54 anos de idade.

Domingos Antonio Puton era reformado da Polícia Militar e comerciante.

O extinto deixou viúva a Sra. Joeci Martinez Puton. Deixou ainda, 03 filhos. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este parlamentar.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Aceite, pois, dileto amigo Domingos, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Puton, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 264

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Isaltina Branco Padilha, ocorrido dia 24 de fevereiro de 2004, em Colombo / PR.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 68 anos de idade faleceu a Sra. Isaltina Branco Padilha, que deixou viúvo o Sr. Ari Banquierei. Deixou ainda, 06 filhos, 16 netos e 02 bisnetos.

O passamento de Dona Isaltina veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Companheira de todas as horas, mãe extremosa, avó dedicada, assim era Isaltina Branco Padilha.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e à sua labuta diária.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de D. Isaltina, endereçando a eles votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte

#### REQUERIMENTO Nº 265

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, a inserção nos Anais desta sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento da historiadora Cecília Maria Westphalen, dia 09 de março, aos 76 anos.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Nascida na histórica cidade da Lapa, em abril de 1927, Cecília se apaixonou pelos fatos históricos por acaso. Contava aos amigos que ao final da Segunda Guerra Mundial tinha especial interesse em acompanhar, pelos jornais e pelo noticiário do rádio, os principais acontecimentos do mundo.

Logo após graduar-se pela UFPR, especializou-se em História do século XVI e iniciou suas pesquisas em História do Paraná. Realizou pós-graduação na Universidade de Colônia, na Alemanha, onde incorporou a metodologia e disciplina acadêmica do país. Fez estudos de pós-graduação, também na França, recebendo formação técnica e metodologia mais atualizada e renovada. Foi aluna, na França, de Fernando Braudel, um dos mais importantes historiadores modernos da Europa. Notabilizou-se como uma das principais articuladoras do curso de pós-graduação em História na UFPR.

Cecília Maria Westphalen, fez surgir uma nova visão da pesquisa sobre a História do Paraná. Para Luís Carlos Ribeiro, coordenador dos cursos de pós-graduação em História da UFPR, Cecília Westphalen “construiu um pensamento historiográfico no Paraná, do ponto de vista científico e acadêmico”.

Um dos primeiros exemplos da extensão deste trabalho foi o lançamento do “Atlas Histórico do Paraná”, tendo como co-autor desta pesquisa, seu colega e também professor aposentado do Departamento de História da UFPR, Jaime Cardoso.

Cecília Maria Westphalen, pode ser considerada como a maior historiadora paranaense, dos últimos 50 anos, porque foi responsável por uma revolução na metodologia sobre as pesquisas em História.

#### Principais Pesquisas:

- Levantamento - “Levantamento e Arrolamento de Arquivos” - extenso projeto que agregou professores de História das Faculdades do Paraná. Foram consultados documentos eclesiásticos, cartoriais, de câmaras e prefeituras municipais, que possibilitaram maior conhecimento da história regional.

- Atlas Histórico - Visão da história do Paraná desde a pré-história até a década de 1960, por meio de 31

mapas e textos. Resume a história do povo paranaense e a formação do Estado.

- Carlos V - O livro “Carlos V, Seu Império Universal”, com a história do rei da Espanha no século XVI, com repercussão internacional.

- Porto de Paranaguá - “Um Porto Sedutor”, livro de 800 páginas sobre o Porto de Paranaguá, marcou uma renovação na conceituação e metodologia de pesquisa.

- “Dicionário Histórico Biográfico do Paraná”.

- “História do Paraná”.

O Paraná perde umas das maiores historiadoras de todos os tempos!

#### REQUERIMENTO Nº 231

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Aldair Tarcísio Rizzi, digníssimo secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando determinar com urgência a contratação de professores para a Faculdade Estadual de Campo Mourão - Fecilcam e para o Colégio Agrícola de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente requerimento atender a reivindicação da comunidade de Campo Mourão e Região, que tem na Fecilcam e no Colégio Agrícola de Campo Mourão, oportunidade singular de desenvolver aprendizado num estabelecimento público de qualidade, e que por falta de professores estão com salas de aula fechadas.

Por oportuno, cabe ressaltar que os vários ciclos econômicos pelos quais passariam aquela região, deixaram nos seus rastros sérias desigualdades sociais, relegando ao jovem, filho de famílias menos abastadas pela sorte, um horizonte de poucas possibilidades, não restando a esses outras alternativas a não ser o trabalho volante ou a evasão para grandes centros engrossando as fileiras dos sem emprego por absoluta falta de qualificação profissional.

É portanto, absolutamente fundamental o reconhecimento deste pleito por parte do Poder Público.

#### REQUERIMENTO Nº 232

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Waldir Ortêncio Pugliesi, digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes e imprescindíveis, no sentido de determinar a construção de quebra molas nas duas pistas da BR-487 - Trevo de Acesso a Luiziana, pois os veículos que transi-

tam por essa rodovia passam em alta velocidade, provocando enorme risco aos usuários do trevo de acesso.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 233

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Waldir Ortêncio Pugliesi, digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes e imprescindíveis, no sentido de efetuar com urgência serviços de recapeamento asfáltico da Av. John Kennedy, no município de Campo Mourão, que dá acesso a BR-272 (Campo Mourão - Goioerê).

Cabe-me ressaltar que esta avenida é utilizada pelo tráfego rodoviário (inclusive o pesado) que deteriorou totalmente o seu pavimento, sendo extremamente necessário a execução dos serviços de recapeamento asfáltico.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 234

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja enviada correspondência a Exma. Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, digníssima diretora-presidente da Fundepar, solicitando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), destinados à conclusão da quadra de esportes do Colégio Estadual Duque de Caxias, do município de Goioerê-PR.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 235

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja enviada correspondência a Exma. Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, digníssima diretora-presidente da Fundepar, solicitando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$40.000,00 (Quarenta mil reais), destinados à conclusão da quadra de esportes do Colégio Estadual Dom Bosco, do município de Campo Mourão-PR.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 236

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja enviada correspondência a Exma. Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, digníssima diretora-presidente

da Fundepar, solicitando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), destinados à conclusão da quadra de esportes do Colégio Estadual Jaélson Biaccio, do município de Campo Mourão-PR.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 237

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Pe. Roque Zimmermann, digníssimo secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, solicitando o pagamento de recursos no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) destinados ao Lar dos Velhinhos Frederico Ozanam, de Campo Mourão-PR, conforme convênio nº 579/2002, protocolo nº 5.111.804-9/SECR, de 25.03.2002, que versa sobre a Ampliação do prédio do Lar dos Velhinhos Frederico Ozanam.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Cabe-me informar que o valor do convênio é de R\$42.073,21 (quarenta e dois mil, setenta e três reais e vinte e um centavos), dos quais já foram pagos R\$22.073,21 (vinte e dois mil, setenta e três reais e vinte e um centavos), que já foram aplicados nas obras de ampliação, sendo necessário o restante do recurso para que haja continuidade na conclusão da obra.

#### REQUERIMENTO Nº 241

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, reivindicando, em caráter emergencial, auxílio financeiro e de materiais hospitalares para o Hospital Anna Fiorillo Menarim, do município de Castro, que atende diariamente cerca de 25 (vinte e cinco) crianças de zero a doze anos e enfrenta sérios problemas financeiros.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 242

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, Pe. Roque Zimmermann, reivindicando, em caráter emergencial, doação de roupas, roupas de cama, brinquedo, material escolar e livros infantis, para o Hospital Anna Fiorillo Menarim, do município de Castro.

Salientamos que tal hospital é bastante carente e atende diariamente cerca de 25 (vinte e cinco) crianças de zero a doze anos.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 243

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao secretário de Estado da Fazenda: REQUERER cópia do processo de solicitação de isenção de ICMS, protocolo de nº 5430881, órgão Sefa em 17.01.2003, empresa interessada Rocha Top Ltda.

Na certeza de seu pronto atendimento estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 245

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER o envio de expediente ao governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao secretário de Estado dos Transportes do Governo do Estado do Paraná, Waldyr Pugliesi, solicitando que sejam tomadas providências quanto à construção de acostamentos nas rodovias que ligam os municípios de Dois Vizinhos a Francisco Beltrão, Dois Vizinhos a Pato Branco, e Dois Vizinhos a Salto do Lontra.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Justificamos as reivindicações da população Sudoestina que chegou até o conhecimento deste parlamentar, da necessidade de que sejam construídos acostamentos nas rodovias citadas acima, devido o grande fluxo de caminhões da Empresa Sadia S/A instalada no município de Dois Vizinhos, sendo esta a maior empresa de abate de frangos da América Latina.

Assim sendo, um grande fluxo de caminhões para o transporte das aves, e o escoamento da safra, já que nossa região é grande produtora agrícola. De acordo com isso a construção de acostamento irá melhorar o fluxo de carros e caminhões, evitando acidentes, os quais são freqüentes nessas rodovias, alguns chegando a ser fatal.

#### REQUERIMENTO Nº 246

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER o envio de expediente ao governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao secretário de Estado dos Transportes do Governo do Estado do Paraná, Waldyr Pugliesi, solicitando informações oficiais sobre a construção da terceira pista,

ligando a empresa Sadia S/A até o Parque Industrial do município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Justificamos nosso requerimento diante da necessidade de obtermos informações por parte dos órgãos do Governo do Estado do Paraná, sobre a situação da construção da terceira pista que liga a empresa Sadia S/A, até o Parque Industrial do município de Dois Vizinhos, na saída para Francisco Beltrão. Já que esta obra foi licitada e somente aguarda a ordem de serviço, para ser concretizada.

#### REQUERIMENTO Nº 249

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER o envio de expediente ao governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao secretário de Estado dos Transportes do Governo do Estado do Paraná, Waldyr Pugliesi, solicitando informações sobre a conclusão das obras de asfaltamento da rodovia que liga os municípios de Boa Esperança do Iguaçu até Nova Prata do Iguaçu, na região Sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Justificamos nosso requerimento diante da necessidade de obtermos informações oficiais por parte dos órgãos do governo do Estado sobre a situação da continuidade das obras inacabadas do governo anterior, e que são de extrema importância para o desenvolvimento sócio-econômico do sudoeste paranaense. Este é o caso da construção de ligação asfáltica entre os municípios citados neste requerimento que, ao ser concluída, possibilitará um novo e viável acesso entre as regiões Sudoeste e Oeste do Paraná encurtando distância e descentralizando o trânsito.

De Boa Esperança do Iguaçu a Nova Prata do Iguaçu, são mais aproximadamente quinze quilômetros de vital importância para toda a região, sendo esta obra já licitada e somente aguardando a ordem de serviço para o término da mesma.

#### REQUERIMENTO Nº 251

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER o envio de expediente ao governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao secretário de Estado dos Transportes do Governo do Estado do Paraná, Waldyr Pugliesi, solicitando que sejam tomadas providências quanto à necessidade da recuperação da malha viária do Sudoeste do Paraná, que encontra-se, na maioria dos casos, em péssimas condições de tráfego, especialmente os trechos entre os municípios de São Jorge d'Oeste a São João, de Dois Vizinhos a Itape-

jara d'Oeste, Dois Vizinhos a Salto do Lontra, e de Itapejara d'Oeste até Coronel Vivida, entre outros.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

#### JUSTIFICATIVA:

As reivindicações da população sudoestina que chegou até este parlamentar, é à necessidade de que seja deflagrada uma frente ampla de obras do governo estadual visando a recuperação total das rodovias que interligam os 42 municípios da região entre si e que dão acesso do Sudoeste a outras regiões do Estado do Paraná, tendo em vista as péssimas condições de tráfego em que se encontram.

Durante o final do governo Lerner, várias operações “tapa-buraco” foram efetuadas, contudo com resultados apenas provisórios e de pouca durabilidade. O que a população espera deste novo governo é que sejam tomadas providências no sentido de um recapeamento amplo e que venha a solucionar por um período de tempo duradouro o grave problema enfrentado principalmente para o escoamento da safra agrícola.

#### REQUERIMENTO Nº 252

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja encaminhado ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, a presente solicitação no sentido de que se estude a possibilidade de prorrogar o pagamento de impostos estaduais no município de União da Vitória.

Tal pedido se faz necessário devido a forte chuva de granizo que atingiu o município, em 26 de fevereiro do corrente e que causou enormes prejuízos à população e às empresas.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

#### REQUERIMENTO Nº 261

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. secretário de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, para que preste as seguintes informações e esclarecimentos:

1. segundo declarações do titular da Pasta de Ensino Superior serão “cancelados” 43 cursos das universidades públicas estaduais do Paraná. Assim, busca-se informações:

a) quais cursos serão “cancelados”;

b) quais as universidades e faculdades serão atingidas;

c) quais as razões fundamentadas para a decisão;

d) quais argumentos, de natureza técnica, legal e constitucional para a decisão.

2. Seguindo o argumento anterior:

a) qual o impacto para o desenvolvimento sócio-econômico regional e estadual no caso de “cancelamento” dos cursos;

b) o que fazer com os laboratórios, professores e outros implementos já existentes;

c) o que ocorrerá com os estudantes já matriculados;

d) se na hipótese “c” os estudantes concluírem o curso, significará que o Estado investirá em professores e laboratórios necessários para complementação do curso? Em caso afirmativo, quais os motivos para depois “ser cancelado”.

3. Qual a política estadual para o Ensino Superior para o presente e as perspectivas de futuro?

Existe algum estudo que viabilize o sistema de ensino superior das políticas de desenvolvimento sócio-econômico regional? Em caso positivo, enviar texto ou documento.

4. Sobre o controle externo das IES, que tipo de procedimentos seriam adotados? Como seriam escolhidos os membros de eventuais “Conselhos de Controle”? Quais seriam as novas funções dos conselhos universitários que já contam com a participação de membros da sociedade civil organizada? Como conciliar este procedimento de “controle” com o dispositivo constitucional de autonomia universitária?

5. Na questão da concessão de Tide no âmbito das IES Estaduais há alguma diferença com o procedimento adotado nas instituições federais de Ensino Superior? Em caso positivo, indicar quais.

6. Quais as razões para que se proceda, em tese, segundo se tem noticiado, a fusão das denominadas faculdades às universidades? Quais as vantagens para as comunidades regionais onde elas atualmente desempenham elevado papel de natureza sócio-econômico?

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 266

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, encaminhamento de expediente ao diretor-geral do DER, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando imediato término da obra do cruzamento da Avenida Colombo, BR-376, com a Avenida Rio de Janeiro, no município de Sarandi, conforme solicitação da AMJPI, em anexo.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 267

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao governador do Estado e ao diretor-presidente da Sanepar, informações relativas ao,



recentemente publicado, Aviso de Revogação do Processo de Concorrência 1016/04, conforme discrimina:

1. quais os motivos que fundamentaram a revogação;

2. qual o valor do contrato objeto da concorrência e respectivo prazo de vigência - pede-se a anexação da cópia do edital de concorrência;

3. esta revogação poderá importar em solução de continuidade dos serviços de leitura, emissão e entrega da conta/fatura e serviços correlatos, inclusive na interrupção do fornecimento dos computadores portáteis e da infra-estrutura necessária para a sua execução;

4. qual a empresa que presta atualmente à Sanepar os serviços referidos acima, a forma de sua contratação e o prazo do contrato;

5. houve abertura de nova concorrência/licitação, após a revogação referida, com idêntico ou semelhante objeto?

6. Em caso positivo, pede-se também, a anexação do respectivo edital.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 259

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder, do pronunciamento do Dr. João Pedro Gebran Neto, juiz federal da 11ª Vara, por ocasião da missa de 7º dia de falecimento do seu pai, Dr. Antônio Sebastião da Cunha Gebran, celebrada na igreja do Cristo Rei, nesta capital.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Antônio Sebastião da Cunha Gebran era funcionário inativo da Assembleia Legislativa.

Faleceu dia 24 de janeiro do corrente ano, nesta capital, e deixou viúva a Sra. Maria de Lourdes Pires Gomes Gebran. Deixou ainda, os filhos: João Pedro Gebran Neto e Simone Pires Gomes Gebran Schir.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 056/2004

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - As pessoas com mais de 65 anos e que tenham precatórios a receber do Estado, terão prioridade do seu recebimento independente de sua ordem.

Art. 2º - A prioridade estabelecida nesta lei será obedecida levando-se em consideração a idade de seu titular. Quanto maior a idade, maior a prioridade.

Parágrafo Único - O Estado fica obrigado a efetuar o pagamento dos precatórios aos maiores de 65 anos em no máximo 2 anos após a sua obtenção judicial.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

Com a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2004, do Estatuto do Idoso, consolidam-se alguns direitos já atribuídos aos idosos como por exemplo a gratuidade no transporte e prioridade no julgamento de ações judiciais.

É público e notório que o Estado é bastante moroso no pagamento dos precatórios que na sua maioria são obtidos após longas batalhas judiciais. A justiça que tarda não é justiça quando a pessoa não chega a usufruir do seu resultado.

As pessoas com mais de 65 anos necessitam mais que os outros dos recursos dos precatórios obtidos na justiça, para que possam assim enfrentar com dignidade esta fase de suas vidas.

#### PROJETO DE LEI Nº 057/2004

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Troféu Araucária de Imprensa, com o objetivo de premiar o melhor trabalho jornalístico publicado no ano, em todo o território do Estado do Paraná, destinado a incentivar jornalistas das várias áreas no desenvolvimento da sua profissão.

Art. 2º - Ao instituir o Troféu Araucária de Imprensa, o poder público pretende incentivar e reconhecer publicamente as matérias dos profissionais da imprensa voltadas para o desenvolvimento integral e a valorização das pessoas no contexto popular estadual, independente de sua inscrição, ou não, ao prêmio.

Art. 3º - A premiação será feita em forma de troféu, taça ou qualquer outra forma que venha a caracterizar o prêmio Troféu Araucária de Imprensa e representar o reconhecimento da sociedade paranaense.

Parágrafo Único - A premiação poderá ser acrescida de um valor monetário que será estipulado na regulamentação do prêmio.

Art. 4º - Ao prêmio Troféu Araucária de Imprensa poderão concorrer todos os jornalistas profissionais - graduados ou não - que possuam o devido registro profissional no Ministério do Trabalho, e que tenham o seu trabalho escrito, fotografado, filmado ou vídeo - filmado, publicado em um órgão regular da imprensa escrita, irradiada ou televisada.

Art. 5º - O prêmio Troféu Araucária de Imprensa é uma distinção anual que será outorgado pelo Poder Executivo aos profissionais de imprensa que mais se destacarem no ano base de avaliação, no dia 21 de setembro de cada ano.

Art. 6º - A Secretaria de Estado da Comunicação Social designará uma Comissão de 05 (cinco) membros, que será nomeada por decreto do senhor governador do Estado, para elaborar o regulamento do prêmio Troféu Araucária de Imprensa, anualmente, publicado no Diário Oficial do Estado a sua constituição e os requisitos exigidos para a escolha do ganhador ou ganhadores do previsto no artigo 1º desta lei.

Parágrafo Único - A Comissão a que se refere o caput deste artigo será composta por 02 (dois) representantes da Secretaria de Estado da Comunicação Social; 01 (um) representante da Coordenadoria de Comunicação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; 01 (um) representante da Comunicação Social do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e 01 (um) representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná.

Art. 7º - No orçamento da Secretaria de Estado da Comunicação Social deverá constar os valores correspondentes à premiação a que se refere a presente lei.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a buscar patrocínio e/ou apoio financeiro ou material, ou, ainda, parceria empresarial para fazer face às despesas do prêmio em referência.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### JUSTIFICATIVA:

A classe jornalística paranaense tem se destacado no seu trabalho de divulgação de tal forma que, hoje, é considerada a maior formadora de opinião entre as classes trabalhadoras.

Portanto, o presente projeto de lei objetiva incentivar e reconhecer publicamente as matérias (imprensas, fotografadas, filmadas, gravadas em vídeo) dos profissionais de imprensa, voltadas para o desenvolvimento integral e a valorização das pessoas no contexto popular estadual.

Todos os segmentos jornalísticos estarão concorrendo ao Troféu Araucária de Imprensa, independente de sua inscrição ou não ao prêmio.

O fato é que a imprensa (falada, escrita ou televisada), ao realizar as investigações para a constituição de determinadas matérias, muitas vezes tem prestado um grande serviço à sociedade. Outras vezes, suas reportagens têm se encaminhado para o campo de utilidade pública. Outras tantas, são de enorme contribuição cul-

tural. Debates, qualidade de vida, produtividade, educação, saúde, segurança, moradia, problemas sociais, têm sido enfoque de reportagens interessantíssimas, resultando em matérias que são verdadeiras obras de arte e têm contribuindo com o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Por estas razões, o projeto de lei de nossa autoria busca premiar o profissional oferecendo-lhe o reconhecimento e ao mesmo tempo o incentivo da sociedade em que vive.

Por certo, a Comissão que anualmente será nomeada pelo senhor governador do Estado, levará em conta a qualidade técnica da matéria, sua forma e seu conteúdo; considerará a perspicácia e a abordagem do tema focado pelo jornalista; considerará a real contribuição que o autor ofereceu ao bem-estar social comum; e finalmente, considerará o impacto e os benefícios da ação abordada na comunidade envolvida.

O vencedor ou vencedores (a matéria poderá ter mais de um autor), receberá ou receberão o Troféu Araucária de Imprensa, o qual fará parte da sua vida profissional, não só enriquecendo o seu currículo, como poderá o governo estadual, oferecer além do troféu uma premiação monetária, que ajudará em muito o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da profissão do jornalista premiado.

Desta forma, pretendo, como autor do presente projeto de lei, contar com o apoio dos demais pares desta Casa, para consolidar a sua aprovação e o seu implemento pelo governo do Estado do Paraná.

#### PROJETO DE LEI Nº 058/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado de Escola Estadual Professor Joaquim Adrega de Moura, o atual Colégio Estadual de Ribeirão Claro, estabelecimento educacional localizado no município de Ribeirão Claro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de denominar estabelecimento escolar localizado no município de Ribeirão Claro, de Colégio Estadual Professor Joaquim Adrega de Moura, atendendo solicitação da Câmara Municipal daquele município, que por unanimidade de votos aprovou requerimento, em anexo, sugerindo a alteração.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI S/N  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º da Lei Estadual nº 8687/87 passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Social Vó Durvina, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

PROJETO DE LEI Nº 059/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural de Pérola, do município de Pérola.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) CLEITON KIELSE

PROJETO DE LEI Nº 060/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Proprietários de Imóveis dos Balneários de Santa Terezinha e Itapuã - Amosi, com sede no município de Pontal do Paraná-PR, e foro do município de Matinhos-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Proprietários de Imóveis dos Balneários de Santa Terezinha e Itapuã, fundada no dia 1º de maio de 1997, com sede à Rua Vitorino Rivas s/nº, Balneário de Itapuã, no município de Pontal do Paraná-PR, é uma sociedade jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade defender os interesses comunitários dos balneários de Santa Terezinha e Itapuã, promover atividades sociais, culturais e desportivas, zelar por melhorias de vida de seus moradores e proprietários e de embelezamento dos balneários.

São realizadas promoções de assistência social junto às famílias, maternidades, infância, adolescência e idosos, bem como às pessoas portadoras de deficiência física.

O atendimento se estende na área da saúde, educação, segurança alimentar e nutricional. Defesa, preservação e conservação do meio-ambiente, promoção de voluntariado, de direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar e desenvolvimento econômico e social de combate à pobreza também fazem parte das atividades dessa associação entre outras.

Face ao exposto e testemunhas que somos do importante trabalho e das atividades desenvolvidas pela Associação de Moradores e Proprietários de Imóveis dos Balneários de Santa Terezinha e Itapuã, bem como analisando toda a documentação da entidade que se encontra dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (**Natália Stica**)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, Natálio Stica; deputados Luiz Nishimori, Nelson Tureck; senhores deputados.

Na tarde de ontem tivemos aqui o deputado Waldir Leite, do PPS, que trouxe à consideração e ao conhecimento desta Assembléia, fatos relativos ao porto de Paranaguá. Naturalmente, não poderia ser diferente, a Bancada do PPS manifestou seu apoio ao deputado Waldir Leite, imediatamente, dizendo que antes de tudo, nós consideramos que o que é público neste Estado deve ser fiscalizado e deve estar permanentemente às vistas da população de uma forma transparente.

Recebemos notícias, através dos jornais, que o superintendente do porto de Paranaguá, ao invés de ter esse entendimento de que ele superintende um órgão, um porto público e, portanto, algo que está sujeito à fiscalização da população do Paraná e desta Assembléia, resolveu levar a discussão para o lado político. Dizia o superintendente que essa discussão só ocorria porque o deputado Leite é candidato a prefeito em Paranaguá e que esse deputado, por interesse eleitoral, estaria fazendo as críticas.

Eu quero deixar muito claro que tenho certeza devemos constituir uma comissão de cinco deputado desta Assembléia, para investigarmos essas denúncias, que permanentemente têm chegado. E gostaria, senhor presidente, de colocar os nomes - total isenção, nessa investigação, por exemplo, do deputado Ângelo Vanhoni, um deputado parnanguara, um deputado que não disputa eleição em Paranaguá para prefeito, mas que tem uma base eleitoral naquela cidade; o nome do deputado Nelson Justus, que é da base de apoio do governador Requião, mas ao mesmo tempo foi secretário dos Trans-

portes, deputado Tureck, que conhece profundamente a realidade do porto de Paranaguá, naturalmente tenho que deixar incluído o nosso companheiro Waldir Leite, para fazer parte desta Comissão de Investigação. Ainda entendemos que outros deputados poderão ser indicados por outras Bancadas. Mas, gostaríamos também de colocar o nosso nome dentro dessa comissão, deputado Bradock, para fazer essa investigação de uma forma isenta e muito tranqüila.

O que não podemos ver, efetivamente, é a Assembléia ser atacada cada vez que se coloca em defesa intransigente do povo paranaense. Não podemos mais ver transformarem um político, em algo do que, nada mais é, em um fato administrativo de fiscalização administrativa.

Temos denúncias de que 50 a 60 navios aguardam de 10 a 15 dias, para atracarem, para poderem ser atracados e levarem a sua carga aos portos e destino. Nesse meio tempo, talvez os senhores deputados não tenham conhecimento, custa em torno de 10 mil dólares, cada navio que fica parado um dia no porto de Paranaguá. É isso, deputado Dobrandino, que custa aos armadores internacionais e nacionais.

E nós estamos vendo as notícias: acabaram as filas de caminhões e começaram as filas de navios. Não me parece ser uma solução justa, não me parece ser uma boa solução para quem quer, como o governador Requião e nós todos, ter no porto de Paranaguá um exemplo de porto público, um exemplo de porto a serviço do Brasil e do mundo. Se nós defendermos a instituição pública, nós, como o governador Requião temos, em todos os momentos, defendido que aquilo que é vital para o Estado deve ser público, por isso muitos deputados aqui lutaram contra a privatização da Copel. Por isso, muitos deputados aqui apoiaram quando o senhor governador quis efetivamente fazer com que a Sanepar ficasse pública, por isso muitos deputados apóiam as universidades públicas mas nós queremos o porto público, fiscalizado pelo povo do Paraná!

Por isso, proponho esta Comissão formada pelo deputado Nelson Justus, Ângelo Vanhoni, deputado Waldir Leite, pela nossa pessoa, outros deputados que queiram se integrar para que nós possamos, efetivamente, dar resposta ao povo do Paraná e ao povo brasileiro do melhor porto público que o Paraná tem e o Brasil poderá ter.

Muito obrigado.

#### O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença na galeria de honra aqui da nossa Assembléia Legislativa, de nosso companheiro do PDT e secretário municipal de Cambé, Alcides Alexandrino que nos honra com a sua presença.

Muito obrigado pela sua presença, muito obrigado senhor presidente.

#### O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para registrar também a presença do Paulo Lourenço, presidente da Câmara de Altamira do Paraná e do vereador Paulo Franco, presidente da Câmara de Quarto Centenário.

#### O SR. PRESIDENTE (Natália Stica)

Sejam bem-vindos e obrigado pelas presenças. Com a palavra o deputado Felipe Lucas.

Peço licença ao deputado Felipe Lucas para votarmos um requerimento que se encontra sobre a Mesa, requerendo licença para tratamento de saúde, por 121 dias, do deputado Ademar Traiano, devidamente instruído com atestado médico anexo. Aprovado.

E há um ofício do deputado Nelson Garcia comunicando o término da licença de tratamento de saúde e assumindo as suas funções parlamentares. Ao DL para os devidos fins.

#### O SR. FELIPE LUCAS

Boa-tarde, senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho aqui para registrar, na data de hoje, um protesto que houve ontem, da classe médica, com relação às seguradoras. As seguradoras são todos os convênios que praticam no Brasil e temos que pedir um apoio da população em geral e principalmente dos senhores deputados, haja vista que a classe médica não recebe das seguradoras um aumento nos seus serviços a aproximadamente 10 anos. Ao mesmo tempo as seguradoras têm cobrado dos segurados um aumento de 300%. Portanto, o que a classe médica fez ontem um dia de paralisação a nível de Curitiba com toda a classe médica envolvendo professores, envolvendo estudantes, enfim toda classe médica. Não há de se estranhar, porque na verdade ela precisa porque são cursos que podem ser deixados de ser feitos. Precisamos de uma qualidade na parte médica, no ensino, no trabalho de alta categoria.

Portanto, o que aconteceu ontem foi um movimento que acredito que se a população de todo Paraná e do Brasil soubessem da dificuldade que eles atravessam, com certeza ela estaria empenhada no mesmo trabalho para que eles tivessem uma reposição. Peço a compreensão dos senhores deputados, uma vez que quando se fala em reajuste médico pode se estranhar e dizer: mas médico pedir reajuste, é uma coisa absurda. Mas, não. Na verdade as operadoras tiveram um lucro de 300% nos últimos 10 anos e ao mesmo tempo nada é repassado à classe médica. Sabemos que temos os nossos médicos que participam, aqui, da Assembléia entre eles o Dr. Acorssi e o Dr. Luciano Ducci. Com certeza pedimos que seja registrado e que a população não entenda que ela esteja sendo usada de alguma forma pela nossa classe médica.

E também aproveito a oportunidade para falar alguma coisa de opinião médica. Às vezes vemos que há um entusiasmo na Assembléia Legislativa, principalmente vi na data de ontem quando se lia que, um vereaa-

dor de Ponta Grossa que falava do uso de uma medicação chamada Gardenal. Temos que ter um cuidado, principalmente o vereador de Ponta Grossa, na minha opinião como médico, devia se restringir às questões políticas, porque uma medicação Gardenal é uma medicação emblemática. Ela é muito necessária para muitos pacientes, médicos usam essa medicação, profissionais de todas as áreas usam, políticos usam, estudantes usam, a população em geral usa, padre usa, pastor usa. E quando fazemos pode fazer confusão.

Gostaria de dizer que quando se fala em questões de medicação, podemos estar atingindo jornalistas e outras pessoas que a estão usando. Portanto na questão política precisamos nos reservar principalmente nesta questão.

As vezes vamos atingir famílias de uma certa forma pejorativa. Portanto, todos nós sabemos que a medicação não pode ser usada na questão política. Gostaria de registrar, na defesa do repasse das operadoras aos médicos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natália Stica)**

Próximo horário, deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente gostaria de cumprimentar pela presença, do pessoal de Ponta Grossa, do nosso curso de Enfermagem, que vieram num movimento pacífico, sério e acima de tudo reivindicaram os seus direitos. Reivindicaram e provaram que está faltando professores na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Aqui temos alunos de 1º, 2º e 3º ano de enfermagem, da professora Arlete que comanda essa delegação e que vem com intenção clara de provar ao Governo do Estado que realmente faltam professores. Somente nessa disciplina precisa 16 professores, 16 técnicos para que se possa tocar adiante o curso de enfermagem na cidade de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Então, que sejam bem vindos, porque estão exatamente nesta Casa que representa os interesses do povo do Paraná. Estão aqui exatamente reivindicando o que é de direito deles.

Senhor presidente, um deputado me perguntava de que forma seria o pronunciamento hoje. Se o pronunciamento seria contra ou a favor do Governo.

Lembro-me que eu e mais quatro companheiros nesta Casa, temos tido uma postura de deputados independentes. E deputado independente não quer dizer que é deputado de Oposição, e não quer dizer também que é deputado da Situação. É deputado daquilo que é do interesse do Paraná. As coisas que são boas para o Paraná, nós votamos favoráveis ao Governo, e os projetos que entendemos ruins, nós brigamos, defendemos, gritamos e até quando é preciso, “quebramos o pau” nesta Casa.

Por isso, é importante ser independente. E de onde vem essa independência, particularmente nossa? Vem do dia-a-dia de estar na base, indo e voltando todos os dias de Ponta Grossa, saindo ao meio dia, chegando na parte da tarde, regressando à noite. Comunicando-se todo o dia pela rádio com o povo.

Fora isso, a nossa presença constante nos bairros, nas cidades, em dez municípios que atendemos na região dos Campos Gerais. Levantando problemas todos os dias. Convivendo com a população e trazendo de lá os reclamos do povo para ser o verdadeiro representante dos Campos Gerais nesta Casa de Leis.

Por isso, senhores deputados, quando alguns perguntam se hoje vamos bater ou vamos elogiar, essa é a postura bonita, é a postura independente, a postura de quem não tem que sempre falar mal. Mas é a postura de quem nem sempre precisa falar bem. É a postura serena, democrática, é a postura de um deputado que fala o que pensa, porque diariamente está conversando com o povo.

É por isso que hoje vamos mostrar exatamente esse lado bom de ser independente, Hoje à tarde, logo mais, lá em Ponta Grossa.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

V. Exa. gostaria de usar os cinco minutos da Liderança ou apenas um minuto para concluir?

**O SR. JOCELITO CANTO**

Já lhe pedi no começo da minha locução, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Perdoe-me, não ouvi, mas está com os cinco minutos da liderança.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Deve ser emoção de V. Exa. tornar-se o líder a partir de hoje nesta Casa.

Senhor presidente, para nós é motivo de alegria. Mas, há motivos de tristeza deste governo, deputada Elza. Por exemplo, os estudantes estão aqui. Londrina perdeu cursos, a sua Londrina! Maringá, da deputada Cida, também perdeu muitos cursos. Ponta Grossa nem se fala. Eu sempre disse aos companheiros, nesta Casa: no dia que nós sofremos aqui, que queríamos cancelar o decreto do curso de Medicina em Ponta Grossa, apanhamos, sofremos e eu disse - o dia de vocês vai chegar também! E chegou! Agora está aí o Paraná inteiro perdendo cursos, porque o governador quer parar e diminuir o investimento do ensino superior. Um direito adquirido dos estudantes das universidades do Paraná.

Então, daqui a pouco teremos uma ação civil pública proposta pelos acadêmicos de Direito lá em Ponta Grossa, em 1ª instância, em que pede liminar, que o juiz autorize a imediata contratação de professores através do curso seletivo, baseado em informações do próprio Governo, que sabia que faltariam professores.

Baseado nisto, há uma ação sendo proposta hoje à tarde, na qual nossa assessoria jurídica trabalhou dois dias junto com os acadêmicos, para fazer esta proposição. E, se Deus quiser, amanhã, confiando na Justiça, haveremos de ter essa liminar na mão, que vai garantir a contratação de professores, para que os estudantes possam ficar nas salas de aula, e não precisem acampar, andar, caminhar ou até mesmo vir à Assembléia protestar pelo que é seu direito.

Este é o ponto fundamental. Neste erro, erra o Governo. Mortalidade, desnutrição, desemprego, analfabetismo. “Requião, você tem razão: o Paraná não precisa de educação” - diz a faixa que está ali colocada pelos estudantes. Mas, até quando, senhor presidente? O governador governa com a “Carta del Puebla”! A “Carta del Puebla” fala, preferencialmente, pelas pessoas que mais precisam. Aí está. As pessoas que mais precisam, exatamente, são as pessoas da Educação.

Mas, não é só de tristeza que vive este Governo, deputado Ângelo Vanhoni. V. Exa. que me ajudou a conseguir as UTI's. Hoje, como faço toda quarta-feira, vou a Castro fazer meu programa de rádio. Tenho a satisfação de dormir no ônibus que temos lá em Castro. E hoje, fomos chamados por uma família, e depois do programa, fomos lá. Ao chegarmos, encontramos uma menina deficiente, com problemas de saúde, que veio nos abraçar, chorando, dizendo: “muito obrigado, deputado Jocelito, porque o senhor me deu um presente”. Eu falei a ela: eu não dei presente nenhum. “Não, ontem era meu aniversário e você me deu um presente”. E eu falei: mas, que presente? “O senhor me deu a oportunidade da vida, porque se não fossem as UTI's de Ponta Grossa, eu estaria morta”.

Aquela menina sobreviveu graças às UTI's colocadas em Ponta Grossa. E, naquele momento, eu liguei ao secretário Cláudio Xavier e o coloquei para falar com a menina, para ele ver a importância do que ele fez, ao colocar as UTI's em Ponta Grossa, a importância do ato de caminhar. E que alguns idiotas deste Paraná disseram que nós estávamos brincando.

Hoje, vi como é bom representar o povo, como é bom conseguir as coisas, e como é bom ouvir uma mãe dizer: “se não fossem as UTI's que vieram, mais uma vítima do processo aconteceria”.

Por isto, de um lado crítico o governador, por ser intransigente, por não colocar os professores. Mas, de outro lado elogio, porque hoje uma criança de 15 anos nos abraçou, chorando e dizendo: “eu estou viva porque tem UTI, hoje, em Ponta Grossa!” Por isso, senhor presidente, quero fazer este elogio. Elogio de um lado, pelas UTI's estarem lá, salvando vidas. Este é o lado bom do Governo. O outro lado, é o lado da tristeza, do medo, o lado da vontade de pararem as perseguições contra a Universidade Estadual. Se há problemas na Universidade, haveremos de investigar. Nós vamos levantar. Agora, a Universidade, os estudantes, que são aqueles que vivem o dia-a-dia da Universidade, não podem ficar sem aula,

porque alguém está desorganizado. E não é nada menos que o secretário de Ensino Superior, que para mim, do meu ponto de vista, brinca de ser secretário ou brinca de não falar com o governador para colocar os professores que precisam.

Em homenagem aos estudantes, que precisam continuar nas salas de aula, senhor presidente e senhores deputados, vamos daqui a pouco comemorar, como comemoramos com esta menina, a vida, o respeito, a educação! E, por isto, professor na sala de aula é o maior respeito que o Governo pode ter.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Próximo orador inscrito, deputado Plauto Miró.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvi com atenção as preocupações do deputado Jocelito Canto com relação àquilo que vem acontecendo com as universidades estaduais do Paraná.

Ponta Grossa vive um problema seriíssimo, Cascavel vive o seu problema, Maringá, Londrina e Guarapuava. Uma medida pessoal do governador do Estado fez com que nós tivéssemos a desautorização, porque inicialmente estava o teste seletivo marcado para que as universidades pudessem contratar os professores que faltam para vários cursos dentro das universidades, um total de 43 cursos estão em jogo neste momento, dentro do nosso Estado.

Quando falo uma posição pessoal, é uma posição do governador Roberto Requião, que proibiu a contratação dos novos professores; e cursos importantes estão em jogo, senhor presidente. Vou falar com mais conhecimento da nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa, a nossa UEPG, que no começo do ano passado sofreu uma retaliação dura do governador do Estado, quando o curso de Medicina, sem ele, o governador, conversar, dialogar, consultar ninguém, fez com que ele viesse a ter as portas fechadas. E agora, um ano depois, vemos uma nova atitude radical do governador, sem ouvir, sem conversar, sem dialogar, fechando quarenta e três cursos.

A nossa Universidade de Ponta Grossa tem no curso de enfermagem, que hoje está sendo representado aqui pelos alunos e pela professora Arlete, que é do departamento de enfermagem, aonde eles estão no terceiro ano, faltando para concluir o curso mais dois anos, e havendo a necessidade da contratação de dezesseis professores; e com essa atitude tomada pelo governador do Estado, de não contratar professores para dar continuidade no curso, estamos vendo os alunos sem saber o que fazer, porque eles não sabem se vão poder ter a continuidade até terminar o seu curso, até o último ano de enfermagem na Universidade Estadual, e a proibição dos novos vestibulares.

O que eu posso pensar de tudo isso?

Realmente é uma posição dura, posição que o governador do Estado toma sem dialogar com ninguém, uma posição que prejudica diretamente a ele, alunos. E o que posso dizer de tudo isso? Realmente é uma posição de incoerência para um governo que tanto defendeu o investimento na educação, e agora retalha o ensino superior no Estado do Paraná.

Não posso aceitar esta situação, não só do curso de enfermagem, como também do curso de zootecnia que lá no município de Castro, um município que tem uma vocação voltada para esse curso, porque tem uma das melhores bacias leiteiras do Paraná, do Brasil e da América Latina, e este seria um curso referência para todo o Brasil no momento em que os alunos viessem a terminá-lo, viessem a se formar. E tudo isso faz com que os alunos aqui estejam cobrando do governador, faz com que os deputados subam nesta tribuna cobrando do governo. E aqui eu quero conclamar e chamar a todos os deputados: de Londrina, de Maringá, de Cascavel, de Guarapuava, e também aqueles que fazem parte da base aliada do governo Roberto Requião nesta Casa, o Líder do Governo, que participe e ajude a negociar uma solução para que os alunos não fiquem na situação em que estão, para que as universidades possam rever cursos importantes que estão sendo fechados pelo governo. Eu não aceito, vou cobrar, vou discursar, vou me pronunciar, vou fazer parte dos movimentos que os alunos fizeram, que os professores fizeram; porque não é justo fechar escolas, não é justo não investir em educação, se o governador fala que tem um problema eleitoral do passado, ora, o que é isso.

Se temos o governo do Estado dizendo que esses cursos foram implantados porque era um processo eleitoral. Está completamente enganado o governador, porque as universidades do Paraná não têm lado político, não têm lado partidário, são instituições de ensino superior com responsabilidade, dirigidas por professores responsáveis. E esse discurso que ele usa agora para mim é uma brincadeira.

Resta aqui pedir aos deputados que representam os municípios onde as universidades estão implantadas, somarem força para poder cobrar do governador o retorno dessa posição radical que tomou e que traz um grande prejuízo para o ensino superior.

Conclamo ao Líder do Governo, aos líderes dos partidos que sustentam o governo nesta Casa, para ajudar e buscar uma negociação amigável, pacífica e que achemos a solução. Não é justo. Não é correto. Vou repetir aqui, vou levantar a voz enquanto o governador do Paraná não revir essa posição que tomou e que traz um prejuízo direto para toda a educação do nosso Estado.

Não podemos deixar que isso aconteça. Vamos trabalhar.

Concedo um aparte do deputado Elio Rusch.

**O Sr. Elio Rusch**

Deputado Plauto, ouvimos o governador Roberto Requião, através da Secretaria da Ciência e Tecnologia, logo no início de seu governo, acabar com o curso de Medicina já instalado em Ponta Grossa. Não que tenha sido criado pelo ex-governador. Foi criado e instalado.

O governador quando era oposição e muitos deputados que dão sustentação a esse governo, quando eram Oposição nesta Casa, condenaram a contratação dos professores temporários. E o ex-secretário da Ciência e Tecnologia, Professor Ramiro, sempre disse que as universidades têm 14 mil professores. Algo em torno de 10% desses professores sempre sai de licença, férias. Existe uma defasagem de 1400 professores nas universidades do Paraná. Agora que o governador está depa-  
rando com o problema, que sempre existiu. Há necessidade de contratação temporária de professores.

Agora quer fechar cursos que foram instalados no Estado do Paraná, sabemos deputado Plauto e V. Exa. é uma referência na questão da educação, quando o senhor trabalhou no governo anterior para tornar viável o curso de Medicina em Ponta Grossa, com outras lideranças daquele município também.

Agora, repentinamente fecha um curso de Medicina. Quer acabar com 43 cursos superiores no Estado do Paraná com a alegação de falta de professores ou os cursos são deficitários. Ora, vamos pegar então e transferir os alunos, vamos fazer um reestudo como o próprio governo federal fez. Não é concebível que vamos assistir calados. V. Exa., como líder do nosso partido, o PFL, como deputado atuante pela 4ª legislatura e como defensor não só das causas de Ponta Grossa, mas defensor das causas das universidades do Paraná, sempre teve na nossa pessoa o incondicional apoio.

Parabéns pela sua manifestação e esperamos que o governador possa rever sua posição.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Obrigado pelas suas palavras e repito: conclamo a Assembléia Legislativa do Paraná, todos os 54 deputados que foram eleitos pelos paranaenses a somarem forças. Quero pedir ao Líder do Governo, o deputado Natálio Stica, que no momento preside esta sessão, para interferir junto ao governador do Estado para que não deixe cometer esse crime com o ensino superior do Estado. Não é justo cursos serem fechados. Queremos sim, escolas abertas, investimentos na educação. Não aceitamos cursos e escolas fechados.

Companheiros deputados, de novo repito: conclamo todos vocês e em especial deputados ligados à Base do Governo, que defendem as posições do governador Roberto Requião aqui, para que interfiram para buscarmos juntos uma solução. Para não darmos um prejuízo aos estudantes das universidades que vivem um momento muito difícil.

Quero agradecer aos alunos, à professora Arlete, ao Felipe pela presença. Estamos juntos defendendo os

interesses das universidades do nosso Estado, em especial da UEPG.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Próxima oradora, inscrita, deputada Elza Correia.

**A SRA. ELZA CORREIA**

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras, prezados alunos que nos visitam hoje, sejam bem-vindos. Representantes da UEPG.

Faço uso da palavra neste momento porque precisamos restabelecer a verdade. Nós precisamos ter serenidade, cabeça fria e colocar as coisas como exatamente estão acontecendo.

O governador Roberto Requião, pelas propostas que defende e da forma como vem conduzindo o governo, tem demonstrado nas suas ações cotidianas, o respeito que tem pelos vários setores da sociedade, principalmente em relação à educação. Com várias medidas e mandando rapidamente para esta Casa, depois de ampla discussão com a APP e com outros setores de educação, o Plano de Cargos e Salários para os professores.

Acredito que nós precisamos entender, que as vezes aqueles que se opõem ao governo Requião fazem terrorismo e plantam a desinformação como se fosse uma verdade definitiva. Conversei agora com o secretário Rizzi, vamos ter uma reunião às 16h30 que o presidente da Comissão de Educação convocou, seria muito oportuno que os estudantes ficassem e participassem dessa reunião. Fiquem! Fiquem para conversar com o secretário, para saírem daqui sabendo realmente o que está acontecendo e não fiquem ouvindo “zunzunzum”, inclusive repleto de desinformações para confundir. Vocês, evidentemente nós não queremos subtimá-los, são estudantes, pessoas inteligentes, e vão saber tirar as suas conclusões.

Não tem nada de fechar os quarenta e três cursos. Isso é uma discussão que ainda está acontecendo. A UEM seria a universidade mais afetada com dezessete cursos cancelados. A Universidade Estadual de Londrina com o curso de zootecnia e outras, várias universidades.

O que o secretário me garantiu é que todos os estudantes dos quarenta e três cursos vão continuar estudando até a conclusão dos seus cursos.

Não tem essa de fechar os cursos coisa nenhuma. E vocês vão ter a oportunidade de conferir com o secretário.

Os calouros aprovados este ano estão todos garantidos.

A partir das turmas de 2005, apesar de não estar ainda fechada essa questão, é que vamos discutir a questão de novos vestibulares.

O que houve, foi exatamente uma criação indiscriminada de cursos por pressão política em véspera de eleição. Setenta e nove cursos de habilitações em seis universidades estaduais. Dessas quarenta e três habili-

tações sem autorização formal do governo, sem previsão orçamentária, com vários problemas do ponto de vista administrativo, e técnicos do Governo estão fazendo levantamento, estudando caso a caso a situação financeira das instituições, dos professores, funcionários para ver se há laboratórios suficientes, se há estrutura suficiente, porque o que acontece? Como esses cursos são colocados dessa forma, acabaram prejudicando diretamente ao aluno que se forma e o curso não está reconhecido e depois de passar quatro ou cinco anos na universidade, os alunos são impedidos de ir ao mercado de trabalho. Cursos que não correspondem às necessidades dos alunos, porque não têm laboratório, não têm condições, qualidade, professores qualificados, e isso o governador não quer. Acho que isso é uma decisão de coragem e determinação!

Então, vamos conversar com o secretário, vamos ouvir dele se isso que estou falando não corresponde à verdade. O que estou querendo colocar é que hoje nós teremos a oportunidade de sanar as dúvidas, conversando com quem é responsável a nos dar respostas, que é o secretário da Ciência e Tecnologia. O presidente da Comissão de Educação convocou essa reunião, o secretário estará aqui e vai nos dar respostas. Acho que isso é o que importa e o resto é terrorismo, o resto é jogar gasolina em uma fogueira que não interessa ao Governo, não interessa aos estudantes, não interessa às universidades e não interessa ao povo do Paraná.

Vamos parar com essa coisa de ficar brincando com coisa séria e vamos, a partir do momento em que conversarmos com o secretário Rizzi, é que, se for o caso, aí tomaremos outras providências. Desculpem-me senhores deputados, mas infelizmente não tenho tempo para conceder apartes!

**O SR. JOCELITO CANTO**

Pela ordem, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)**

Qual é a questão de ordem, senhor deputado?

**O SR. JOCELITO CANTO**

Eu entendi que a nobre deputada de Londrina disse que alguém está fazendo terrorismo e quis dizer que somos nós.

**O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)**

Deputado Jocelito, com todo o respeito, não cabe a questão de ordem.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Só quero dizer que o único terrorista que tem neste Paraná nós sabemos quem é, e não somos nós!

Senhor presidente, estão aí os estudantes sem aula! Não é verdade o que disse a deputada Elza. Não é verdade!



Terrorista aqui só tem um no Paraná, e todo mundo sabe quem é!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Qual é a questão de ordem?

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Quero somente comunicar aos alunos da Reunião da Comissão de Educação, hoje, às 16h30min, na Sala das Comissões, para que possam participar.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Cabe a questão de ordem.

A SRA. ELZA CORREIA

Pela ordem, senhor presidente.

Acho que cabe a questão de ordem, porque fui citada e não citei nomes, absolutamente. A carapuça foi colocada.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Deputada Elza Correia, não cabe questão de ordem, caso contrário acabamos criando problemas.

Com a palavra o deputado Natálio Stica, no Grande Expediente.

O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

Uso deste horário para fazer um pequeno relato da viagem que fizemos a Brasília na segunda e terça-feira, acompanhando o governador Roberto Requião e tive a companhia também do deputado Elton Welter. Nós fomos discutir vários assuntos e entre eles a questão do transgênico em relação ao Porto de Paraná e também a questão da Copel. Vários outros assuntos foram discutidos e inclusive hoje, a partir do meio dia, o governador Requião foi recebido pelo ministro Palocci e nós estivemos, junto com o presidente Lula, em uma mesa redonda onde participou o ministro dos Transportes - Adalto, onde também estava o ministro da Agricultura - Roberto Rodrigues, a ministra das Minas e Energia - Dilma H., e o presidente Lula, em uma reunião que durou cerca de duas horas e meia, quase três horas na segunda-feira, deu o aval para o Estado do Paraná, pelo menos temporariamente em relação à questão da transgênia e do porto de Paranaguá.

A preocupação do presidente Lula é que o Paraná não fique por conta da proibição de exportarmos a soja transgênica pelo nosso porto, que o Paraná não seja o responsável por ter um número de tonelagem de soja que fique perambulando ou parado nas estradas do nosso País, ou, em especial, nas filas aqui do porto de Paranaguá e depois transferido para outros portos.

Pedi o presidente para que o ministro Adalto faça um estudo onde traga um raio x exato de quanto é exportado de soja dos portos de Paranaguá, de Santos, de São Francisco do Sul e porto de Rio Grande, em especial, e o porto de Santos, para poder então exportar a soja transgênica, se não tiver problema de ficar retendo soja no País.

O presidente Lula disse que vai ter a satisfação de dizer que o nosso porto é um porto livre de transgênico, assumiu esse compromisso. Vamos aguardar, portanto, mais alguns dias para saber, de fato, em cima de um raio “x”, qual é a situação real por enquanto os números, deputado Dobrandino, são imprecisos, há muito “chute” nessas histórias que são contadas.

E ainda com relação à soja, o presidente Lula vai continuar o investimento na Embrapa, nas pesquisas que estão sendo feitas no nosso País e já tem um prognóstico que, no máximo, em quatro, cinco anos a soja que tenha a semente modificada, se tiver que acontecer no nosso País, seja via Embrapa e não mais ficar refém da Mon Santo, como é o caso hoje, concretamente. Também uma das soluções propostas e aceitas de imediato pelo presidente Lula e disse que vai tomar conta pessoal para que seja o mais rápido possível viabilizando à cidade de Ponta Grossa, deputado Jocelito, deputado Plauto, que são oriundos de Ponta Grossa, Bradock, o presidente Lula vai criar naquela cidade uma espécie de porto seco, onde a soja venha e passe a ser depositada em Ponta Grossa e só saia de lá quando já estiver negociada e o navio encostado para ser carregado.

Com isso, vamos diminuir as filas que se formavam na época de safra, porque foi dito pelo superintendente do porto, senhor Eduardo Requião, e com toda a razão, que era mal-usado o porto de Paranaguá. Como eram feitas as operações? Navios chegavam vindo de outras regiões, como por exemplo da Argentina com 70%, 80% das suas capacidades de cargas e chegavam aqui aventurando para pagarem os 10%, 20% que faltavam, comprando em uma espécie de leilão, fazendo negociata em cima da nossa soja. E esses navios tomavam espaço, berço do nosso porto, fazendo com que ficassem as filas de caminhões, porque os silos já estavam abarrotados de sementes no porto de Paranaguá.

Qual é a medida que está sendo tomada neste momento? Navios que vêm aqui aventurar resto de carga, não têm prioridade de embarque. Ficam mais de um, dois, três, uma semana aguardando a hora em que sobre um espaço. Navios que vêm para buscar uma carga definida e que seja inteiramente nossa, esse sim tem a prioridade e não pode ficar parado. É claro, que isso acaba mexendo e quebrando com um verdadeiro oligopólio, que tem nas multinacionais e que faziam isso para melhorar os lucros nos seus negócios, tratando como negociata. Não existe mais isso. A prioridade é de quem vem aqui vazio, para sair com carga cheia do nosso porto. Haja vista a situação em que se encontra, há quem diga que o porto está atravancando a exportação e os números

estão aí para dizer exatamente ao contrário. No mesmo período de 2003, de 1º de janeiro a 27 de fevereiro de 2003 e, no mesmo período, em 2004, o porto de Paranaguá exportou praticamente quatro vezes mais, só por essa medida que foi tomada. Ações como essa, que a equipe do governo está tomando, e tenho certeza, vamos acabar com os problemas que são inúmeros ainda, para que possamos fazer um governo enxuto em todas as áreas. Além de Ponta Grossa, a cidade de Rondonópolis, no Mato Grosso do Sul, também será criado mais um porto seco, pelo presidente Lula.

Eu gostaria de dizer também que em relação à Copel, na segunda-feira, a conversa com a ministra não foi das melhores. Mas ontem com os técnicos da Copel que para lá se dirigiram, em uma conversa franca e a ministra com toda a experiência que tem e que pudemos presenciar, fizemos um acordo, onde a Copel entra em pool, porque não dá para tirar as duas únicas estatais, que estão ainda na mão dos governos, a Cemig e a Copel. Não dá para tirar da medida provisória, sob pena de jogar água abaixo todo o programa desse pool, que é um programa de garantir o nunca mais apagão no nosso País. Muito bem defendido pelo lado bairrista nosso do Paraná, que a Copel deveria ficar de fora, porque é uma empresa enxuta, que está com todas as suas usinas praticamente pagas, que deveria ter a sua liberdade. Fechamos um acordo por cinco anos, com a garantia de que a “pool” não vai vender energia, para o povo paranaense com o preço maior, nem um centavo, do que é vendido pela empresa diretamente nos dias de hoje. Portanto, temos assegurado isso. A ministra, se acontecer ao contrário, está a qualquer momento disposta a reabrir a discussão. Creio que saímos de lá com uma grande negociação feita, em prol do nosso Estado, da nossa empresa e vamos estar conversando bastante, porque o presidente Lula tem no Estado do Paraná a certeza que o crescimento do País depende muito do nosso crescimento - foram essas as suas palavras. Tenho certeza, que depois o deputado Elton vai me ajudar a lembrar de fatos, que eu acabo me esquecendo de citar, que são importantes.

Vou falar depois de conceder um aparte ao deputado Nelson Justus.

#### **O Sr. Nelson Justus**

Fico muito contente com a sua agenda positiva, vinda de Brasília. É isso que nós precisamos aqui no Paraná, de uma agenda positiva. Apenas permito-me discordar de V. Exa. num pequeno detalhe que acho muito importante para nós: que o superintendente do Porto de Paranaguá, o companheiro Eduardo Requião tenha dito que o Porto estava sendo mal utilizado no passado. Discordo, aliás acho que ele está sendo muito bem utilizado pelo superintendente, neste momento. Então, acho que essa correção é importante, a interpretação fica por nossa conta.

É importante, deputado Stica, que as agendas positivas venham, já depois de um ano e meio de governo

acho que já passou o tempo, já deu para nós iniciarmos um governo com agendas positivas e não pelo espelho retrovisor. Essa história de “Eu faço e não faço porque o outro deixou de fazer,” acho que o importante é isso, nós e a sociedade já estamos cansados dessa conversa! É hora do resultado, é isso que a sociedade brasileira e a paranaense espera de nós todos aqui: resultado, resultado positivo!

Se o superintendente acha que o Porto de Paranaguá foi mal utilizado no passado e está sendo bem utilizado agora, que bom para ele e tomara que seja bom para o Paraná mas que precisa é resultado! Fico contente quando vejo V. Exa. que vai a Brasília e traz uma agenda positiva, é isso que nós precisamos, agendas positivas! Agora é importante, é imprescindível que esqueçamos o que passou, vamos governar para frente, com resultado, deixar o espelho retrovisor porque se não, começamos a cometer deslizos e injustiças como essa de que o Porto de Paranaguá foi mal utilizado e está sendo bem utilizado agora.

É este o reparo que faço no discurso de V. Exa. e parabeno-o pela agenda positiva que V. Exa. traz desse profícuo encontro com nosso presidente.

#### **O SR. NATÁLIO STICA**

Obrigado, deputado Nelson Justus.

Ainda gostaria de falar de um outro assunto levantado pelo governador Roberto Requião e ele usou como argumento na defesa da proibição da soja no Estado do Paraná, mostrando que temos condições de ter um Estado livre do transgênico e garantindo que isso vai ser benéfico, inclusive e principalmente nas relações comerciais do Brasil, mostrando que nós temos a soja pura. E o presidente Lula, com a sua sapiência, disse que vai ter a satisfação de, se possível, anunciar muito em breve que o Paraná é livre de transgênico e que, com certeza, vai ser benéfico para a economia do nosso País. Mas disse o Lula e não poderia ser diferente, que quem vai determinar, vai orientar na verdade, é o mercado internacional. É o mercado que vai dizer no futuro se o transgênico é mais competitivo, é mais barato ou se é soja pura que vai ter um preço muito melhor. Não dá para arriscar, teoricamente nós podemos até dizer isso mas é o mercado que, em última instância vai definir. E o Lula então vai ter toda a paciência com o Paraná, nesse sentido.

Mas ao fazer a justificativa do governador Requião foi muito feliz quando alertou o presidente Lula e o ministro Roberto Rodrigues que nós precisamos aumentar os investimentos na qualidade, no controle de qualidade e em especial na vigilância sanitária na área da agropecuária. Nós não temos e não podemos permitir, no nosso País, nenhum caso de “vaca louca”, nenhum caso de aftosa, nenhum caso da gripe asiática do frango porque isso na verdade é o que está dando, neste momento, a condição de aumento das exportações de carne, de frango do nosso País, para fora. E o Lula foi sensível e de imediato perguntou ao ministro Roberto

Rodrigues quanto que era o investimento, quanto era o pleito, o que estava faltando. E o ministro Rodrigues disse que faltava praticamente o mesmo percentual que é aplicado, 60 milhões. E o Lula disse que de imediato vai autorizar o dobro - ou seja mais 60 milhões para ser aplicado na vigilância sanitária do nosso País para garantir a qualidade do frango, da carne bovina, enfim para que tenhamos esse controle. E para deixar o País aproveitar, infelizmente, da desgraça que assola a Europa com a "vaca louca" e a crise asiática da gripe dos frangos. E além de tudo isso, foi autorizado a contratação - e aqui no Paraná também o governador já anunciou a contratação temporária de 100 técnicos do nível médio para ajudar na Secretária da Agricultura nesses controles.

Portanto, venho de Brasília com uma satisfação de saber que o Estado do Paraná é um Estado que está sendo olhado com muito carinho pela presidência da república e é um Estado respeitado no cenário nacional pelo que representamos. E temos no governador Requião a defesa intransigente do nosso Estado. Portanto, fiz questão de trazer a esta tribuna e aos meus pares este relato, porque considero de suma importância as ações que serão tomadas nos próximos dias. E quero dizer que estaremos permanentemente discutindo, para que possamos, aqui da Assembléia Legislativa, a Casa que fiscaliza, mas a Casa que também dá orientação para o governo, para que possamos cada vez mais garantir o Paraná voltando a ser um Estado pujante como que já foi, no cenário federal.

Muito obrigado.

#### O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero comunicar à Casa que vou me ausentar por alguns momentos para ir até o município de Pinhais onde está havendo um desmate de pinheiros Araucária na Vila Perneta. Recebi várias ligações no meu celular agora, o Canal 21 acaba também de me comunicar, a Rede Globo também acaba de confirmar, que está havendo um grande desmatamento de pinheiros Araucária no município de Pinhais. Então, na condição de presidente da Comissão de Fiscalização, vou me deslocar até o município de Pinhais para constatar *in loco* e saber se há autorização ou não. O fato é que populares estão telefonando sobre esse possível grave crime ambiental que está ocorrendo no município de Pinhais.

#### O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Não tenha dúvida, V. Exa. vai em nome da Assembléia.

Pela ordem, deputado Barbosa Neto.

#### O SR. BARBOSA NETO

Gostaria de fazer minhas as palavras do deputado Neivo Beraldin, já que sabemos a procedência dessas denúncias através do jornalista Carlos Moraes. E nada mais justo do que apurar em profundidade para que esse provável dano ambiental seja impedido de continuar ocorrendo.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Registrado. Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças. Liderança do PL, com a palavra o senhor deputado Mauro Moraes.

#### O SR. MAURO MORAES

Senhor presidente, senhores deputados.

Só queremos reafirmar aqui, o que o nosso amigo Barbosa acaba de dizer sobre a denúncia feita pelo Canal 21 através do Carlos Moraes sobre esse crime que estão cometendo que é o devastamento desses pinheiros na cidade de Pinhais.

Então, fica o meu registro, o meu apoio ao Carlos Moraes que teve a coragem, a ousadia de denunciar no canal de televisão.

Fica aqui o meu registro, Carlos, você está aqui presente. Parabéns! Nós temos que fazer de tudo para apurar se realmente existe a veracidade desses fatos, que estão sendo derrubadas 200 araucárias na cidade de Pinhais.

#### O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Consulta à liderança do PSL. Declina.

#### O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presença dos vereadores do município de Quarto Centenário: Sr. Genivaldo Goes, Anilson F. Pereira, João Ambrósio da Silva, Alísio de Oliveira Borges e Sílvia Franco, que estão presentes na sessão de hoje.

#### O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

A Mesa tem o prazer de fazer registrar o nome das lideranças que V. Exa. anuncia.

#### O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

O registro também vale pela presença do deputado Nelson Tureck e Antonio Anibelli.

#### O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Será anotado! Consulta à liderança do PPS. Concedo a palavra ao deputado Waldir Leite.

#### O SR. WALDIR LEITE

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje, como não poderia deixar de ser, estamos aqui para falar novamente do porto de Paranaguá. Não podemos deixar que reportagens que procuram desvirtuar os fatos que acontecem em Paranaguá, possam a vir a confundir a cabeça das pessoas que escutam os nossos pronunciamentos, das pessoas que acompanham as nossas reivindicações para o Porto de Paranaguá.

O Porto de Paranaguá é uma coisa tão séria, que a cada dia que eu usar esta tribuna, irei fazê-lo para com um tópico referente ao porto de Paranaguá.

E hoje nós vamos falar com relação ao alisamento, ou seja, a sinalização dos portos de Paranaguá e Antonina. Que é pela Lei nº 8.630, responsabilidade da autoridade portuária, que é hoje a APA administrada pelo superintendente, que vocês conhecem o nosso artista.

Então, por incrível que pareça, em meados do mês de fevereiro, o Porto de Antonina ficou impedido de operar por 18 horas, por falta de sinalização náutica; a Capitania dos Portos interditou o canal de Antonina por 18 horas, porque a administração dos portos de Paranaguá e Antonina não fez o que lhe cabia: sinalizar como manda a lei.

São coisas assim que nos mostram que o descaso é muito grande, não tem como ficarmos calado, apesar de toda a imprensa divulgar de maneira diferenciada do que falamos aqui neste plenário, o que acontece no porto de Paranaguá. Mas, a grande verdade é que o ministro ontem esteve em Paranaguá, e escutou os empresários do setor e levou essas reivindicações e reuniu-se a portas fechadas com os empresários para que eles não tivessem nenhuma retaliação com relação às denúncias que fazem no porto de Paranaguá.

Então, a cada dia que estivermos aqui, vamos trazer um tópico do porto. Hoje vai ser balisamento e sinalização. Faz mais de um ano que o porto também não vem fazendo de acordo com as normas marítimas.

Isso, para vocês terem uma idéia, aumenta o seguro para o navio vir até Paranaguá, o seguro cada vez é mais caro. As empresas seguradoras cada vez cobram mais caro para trazer os seus navios para Paranaguá.

Hoje, por incrível que pareça, Paranaguá - descendo os portos de Vitória para o Sul - é o porto onde o seguro é mais caro de todos os portos da região Sul do país. O grau de risco de Paranaguá é muito alto. Isso quem paga todo esse prejuízo, quem paga todo esse custo são os produtores, os exportadores.

Essa é uma das verdades que acontece no porto de Paranaguá. Virei aqui todo o dia e virei triste, mas sempre na esperança que o governador Roberto Requião resolva os problemas que vêm acontecendo no Porto. Já que é por isso que trabalhamos por ele, por isso que fazemos parte da sua base de apoio aqui. Mas fazer parte da base de apoio não quer dizer que a pessoa tem que ser fantoche de ninguém. Fazemos parte da base de apoio, mas temos as nossas opiniões, temos a nossa comunidade a respeitar, temos nosso Estado a dar importância. Então, fazer parte da base de apoio não é ser fantoche. E fantoche eu não serei, de forma alguma e de governo algum. Vou, sim, procurar dar apoio, fazer o que eu puder, nesta Casa. Mas, sempre trazendo os problemas. E eu trago os problemas com tom de alerta, com tom da correção.

E eu espero que quando as pessoas vão ao jornal e falam, como o companheiro Marcos Isfer aqui bem falou, que as pessoas vão ao jornal falar que nós fazemos críticas ao porto, porque um é candidato a prefeito de

Curitiba, outro é candidato a prefeito em Paranaguá, isto é pura mentira. É mais uma das mentiras, das formas de desvirtuar as reclamações, os problemas que trazemos a esta Casa. Não existe nenhuma política municipal em discussão que envolva o segmento mais importante da economia do Estado do Paraná, que é o agropecuário. Nós estamos falando de alguma coisa que gera bilhões de dólares para o Paraná, para o Brasil, para diversas cidades, que gera diversos empregos. E não podemos colocar em risco a credibilidade que foi alcançada pelo mercado, que tanto trabalhou para isto.

Por último, quero deixar bem claro, até para que a imprensa possa escutar bem claro, que a importância dos portos de Paranaguá e Antonina, para a economia do País, do Estado do Paraná, para as cidades do litoral, é maior que qualquer "rato" ou "ratão" que exista no porto de Paranaguá. E é por isso que discutimos aqui os problemas da nossa região.

Obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)**

No Horário destinado à Liderança do PSB, concedemos a palavra ao deputado Reni Pereira.

**O SR. RENI PEREIRA**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Gostaria, em nome do meu Partido, primeiramente comunicar a esta Casa, para que fique registrado, o falecimento do nosso companheiro, o Dr. Silvio Gevaê, na data de hoje. Inclusive, justificar a ausência do líder do nosso Partido, deputado Doutor Luciano, que está, em nome do Partido, acompanhando as homenagens póstumas a este grande companheiro, que muito postulou pela saúde do Paraná, e também em prol do nosso Partido.

**O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)**

A Mesa se associa aos sentimentos de pesar que V. Exa. comunica.

**O SR. RENI PEREIRA**

Agradeço.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Na data de ontem eu protocolei um requerimento pedindo que o ministro da Fazenda, o Sr. Antônio Palocci, fizesse uma análise vertical dos tratados que regulamentam nossas relações internacionais, quer no aspecto de trânsito de mercadorias e prestação de serviços. Nós estamos observando na nossa cidade, Foz do Iguaçu, mas é um fato que tem a ver com grande parte da população paranaense, principalmente aqueles trabalhadores que são trabalhadores autônomos do serviço de transporte, os caminhoneiros. Aqueles mesmos caminhoneiros que muitas vezes se mobilizaram em prol da baixa da tarifa do pedágio, agora estão correndo risco de, na nossa fronteira, serem vítimas mais uma vez de uma represália, em virtude de um apego às leis. E esta Casa, que tem como prioridade a elaboração de leis que facilitem a vida

do povo paranaense, eu acredito que também cabe à manifestação de: quando nós nos apegamos às leis para conturbar ou prejudicar o bom andamento, seja da população, seja de uma determinada atividade econômica, também é necessário que o Poder Legislativo se manifeste.

No caso específico de Foz do Iguaçu, o que está ocorrendo é que o regulamento do imposto de renda está sendo atribuído numa prestação de serviço, que foi acordado num tratado internacional, no regime de freteiro, e os tratados internacionais, às vezes, têm força de Constituição. Então, da interpretação análoga do regulamento de imposto de renda, está-se atribuindo uma base de cálculo sobre o faturamento bruto. E o que ocorre é que o transportador paraguaio, cuja frota é infinitamente menor que a brasileira, mas se soma à frota brasileira para escoar a sua safra agrícola nesses momentos de pico de safra, está sendo cobrado 25% sobre o faturamento bruto no ingresso no País.

Em represália, o Paraguai está cobrando uma taxa de 180 reais do caminhoneiro brasileiro que entra no lado de lá, mas o Paraguai foi além, colocou uma limitação a trinta quilômetros do ingresso dos caminhões com bandeira brasileira. E esse incidente diplomático que pode vir a se constituir se não houver o bom senso na análise de legislação, principalmente de forma vertical por parte do Ministério da Fazenda, colocando o valor do tratado onde ele deve estar acima do regulamento, que é uma lei ordinária, pode isso vir a acarretar enormes danos, não só na fronteira, mas para todos os caminhoneiros do Estado do Paraná e inclusive para os brasiguaios que já estão se sentindo ameaçados no nosso país vizinho.

Então gostaria de fazer esse registro que esta Casa já encaminhou para o Ministro da Fazenda para que a Comissão do Mercosul, os representantes do governo solicitaram apoio do governo Requião no sentido de interferir para que se resolva da maneira mais rápida e efetiva.

#### **O Sr. Dobrandino Da Silva**

V. Exa. concede-me um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Reni Pereira, é uma questão realmente relevante para nós deputados lá da fronteira, para a população de Foz do Iguaçu, onde o fluxo de caminhões que transportam toda a produção do Paraguai entra pelo Brasil, é um momento muito delicado. Eu já fiz um ofício ao Ministério da Fazenda, mas gostaria de pedir o empenho dos deputados da bancada do PT que têm acesso mais fácil do que nós, que nos ajudem nesse encaminhamento. É uma questão muito grave, está trazendo prejuízo enorme e vai haver protestos muito maiores do outro lado, represália contra os transportadores do Brasil em função dessa medida da Justiça Federal. Hoje há uma inquietação muito grande, o clima é muito tenso, principalmente do lado paraguaio, e é preciso que se resolva o mais rápido possível.

Já falei com o governador Requião, é preciso que alguém que tenha mais influência no Ministério da Fazenda solicite que tenham a sensibilidade, senão será tomado um caminho muito difícil, e nós, como deputados temos que defender essa tese.

Parabéns.

#### **O SR. RENI PEREIRA**

Agradeço o aparte, deputado Dobrandino, e quero esclarecer para os membros desta Casa e para a imprensa que a situação é tão constrangedora que para os veículos argentinos e chilenos não está ocorrendo isso. Então, o que ocorre: o povo paraguaio, o qual nós temos um compromisso e uma aliança de amizade histórica, está se sentindo humilhado, e está chegando ao ponto do povo paraguaio, trancar a estrada do lado brasileiro. Já estão ateando fogo em plantações de soja, plantada por brasileiros em território paraguaio. O clima está tenso, e faço coro ao deputado Dobrandino, peço ao Líder do PT nesta Casa que nos ajude, que interceda, o documento já foi elaborado por esta Casa, que intermedie para solucionarmos esse impasse o mais rápido possível, porque existe risco inclusive de morte na fronteira senhor presidente.

#### **O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)**

E nós levaremos também à Comissão Internacional do Mercosul a questão. Horário da Liderança do PP.

**(Declina)**

Do PSDB.

**(Declina)**

Do PDT.

**(Declina)**

Horário da Liderança do PT.

Com a palavra o deputado Elton Welter.

#### **O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, antes do deputado Elton Welter fazer uso da palavra, gostaria de convidar todos os deputados para uma reunião no plenarinho a partir das 16h30, com o secretário Rizzi.

Muito obrigado!

#### **O SR. ELTON CARLOS WELTER**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados e imprensa aqui presentes.

Entendemos a preocupação do governador do Estado do Paraná com relação ao ensino superior. Nessa viagem que fizemos juntos, ele ponderava pelo bom senso com relação à contratação dos professores, dos cursos que foram criados e que estão no processo de consolidação e que há um crescimento vegetativo que se autorize a contratação desses professores. A sua posição é razoável, mas tem limite. Como somos base de sustentação, sabemos da necessidade real da contratação de vários professores e haverá nosso empenho nesse sentido.

Com relação ao deputado que me antecedeu aos problemas da fronteira, coincidente ou não, na segunda-feira houve uma conversa entre o presidente Lula e o presidente Nicanor. Acredito que teremos uma solução em breve.

Temos notícia boa para o Paraná. O deputado Natálio Stica já narrou aqui fatos importantes.

Com relação à Copel, há um compromisso público do presidente que a energia que sobra do Paraná será negociada pelo preço que já está sendo contratada e foi garantida por mais dois anos. Isso dá uma segurança. E se, eventualmente tiver algum prejuízo para a Copel o Governo Federal sentará novamente com a Companhia Paranaense. Também há um compromisso do Governo Federal trabalhar para que o BNDES também financie as empresas públicas como a Copel.

Com relação ao Porto de Paranaguá a licitação para ampliação do cais está sendo feita. No ano passado o Porto teve um lucro de 140 milhões de reais. Esse dinheiro será aplicado nas melhorias do Porto. Deputado Waldir Leite, suas críticas, algumas são pertinentes, mas a situação vai ser corrigida gradativamente, pois há vontade política do Governo do Estado do Paraná. Comparando este ano com o ano passado, a fila era bem maior. Hoje ficou mais curta. E o embarque de caminhões foi quase que o dobro, são dados reais que existe uma desinformação colocada para a população do Estado do Paraná. O fluxo de circulação de grãos do Porto está ampliando. Muito pelo contrário do que tem sido falado por aí. O que ocorria no passado - os silos do Porto eram usados como depósitos para fazer o leilão da venda e depois exportar. Agora está havendo a venda casada.

Com relação à soja transgênica - também houve um grande avanço e o estado terá garantido a venda da soja pura. O governo brasileiro assumiu um compromisso de alfandegar espaços e silos no Estado do Paraná e no Estado do Mato Grosso. Aqui no Paraná, poderá ser na cidade de Ponta Grossa onde toda soja, eventualmente de outros Estados, que seja soja geneticamente modificada, poderá ser armazenada. Os compradores internacionais terão, no Estado do Paraná, lá em Rondonópolis também será feita a questão alfandegária, espaços e silos onde os importadores poderão deixar armazenados por determinado período e aí sim, sai como se fosse carga fechada e o destino garantido e a venda casada com os compradores internacionais. Portanto, é uma solução inteligente encontrada pelo Governo Federal, do presidente Lula, pactuada com o governo do Estado do Paraná.

É uma sensibilidade do presidente Lula. Apenas a solução na questão tributária o sufoco de alguns portos no País, em função da negligência que ocorreu no passado, onde não se investiu o necessário gasto na infraestrutura, expansão dos portos, das nossas rodovias, das nossas ferrovias. Seria isso, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Liderança da Oposição, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvia atentamente o pronunciamento do nobre deputado Elton Welter e realmente assiste razão ao parlamentar quando fala que não existem grandes filas, quilométricas, no Porto de Paranaguá. Que isso era sentido já no ano passado, filas de mais de cem quilômetros.

É verdade a afirmação. Mas, é verdade também que lá ao largo, em alto mar se vê um número de navios, deputado Elio Rusch, que nunca na história do Porto de Paranaguá se viu. São mais de quarenta e cinco navios ancorados à espera de uma permissão para atracar, causando um prejuízo incomensurável para a economia do Paraná, para os produtores do Paraná e para todo o nosso Estado, e porque não dizer para o Porto. Porque os reflexos lesivos causados ao Porto de Paranaguá por certo demorará muito para ser revertido porque não é mais hoje o Porto de Paranaguá o porto preferencial para exportação de grãos.

Então, na verdade, aquilo que aparece e que assustaria, a fila de mais de cem quilômetros transformou-se num prejuízo ainda maior para o Paraná, com mais de quarenta e cinco navios em alto mar esperando.

Não estamos vendo as carretas, mas a economia do Paraná está sentido a incompetência da administração daquela autarquia.

E eu fico muito preocupado quando vejo, por exemplo, essa atitude autoritária, equivocada, errada do governo do Estado, que mandou fechar quarenta e três cursos universitário no Estado.

Não posso, como parlamentar, admitir que se temos alguém doente, o remédio é matá-lo.

Não é este o remédio que o Paraná espera dos seus governantes. Se temos curso, se temos dificuldades, se temos um gasto bastante significativo no ensino superior, não é fechando os cursos de enfermagem, lá da cidade de Ponta Grossa, o curso de zootecnia da cidade de Castro, de Londrina ou curso de modas na cidade de Cianorte, que vamos resolver o problema não. Temos que ter criatividade, temos que ter competência, porque é na adversidade que os grandes administradores se revelam verdadeiramente competentes. E nós não estamos vendo isso no Paraná! Nós estamos vendo os cursos das nossas universidades sendo fechados e fico imaginando comigo e fazendo a reflexão, porque em um primeiro momento ouvi aqui nesta casa o deputado Plauto Miró Guimarães levantando a sua voz contra o fechamento do curso de Medicina. E o que aconteceu?

O governo do Estado foi e fechou o curso de Medicina e alguns de nós pensávamos que isso ficaria estancado em um curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa. Mas não! No afã, na maldade, na ganância e na sua própria incompetência de gerir os recursos para a área de educação, agora vemos que 43 cursos estão sendo fechados. Não podemos admitir isso em hipótese nen-

humana! Deve haver uma solução mais criativa, temos que ter uma solução mais competente, porque logo mais, daqui a pouco, vamos ver o governo do Estado querendo fechar faculdades, vamos ver o governo do Estado querendo fechar universidades, vamos ver o governo do Estado intervindo na autonomia das nossas universidades e efetivamente inviabilizando o curso superior no Paraná. E fico pensando: o que deseja o governo do Estado? Desmontar o ensino superior do Paraná? Fechar os cursos no Estado do Paraná? O que deseja o governo do Estado: acabar com os professores, acabar com a carreira universitária ou o governo do Estado pretende acabar com o sonho de milhares e milhares de jovens paranaenses que sonham em um dia concluir uma universidade e poderem efetivamente entrar em igualdade de condições e competir no mercado de trabalho?

Espero sinceramente que o governador do Estado determine ao secretário da Ciência e Tecnologia para que esse, definitivamente, não feche os cursos universitários no Paraná e, mais do que isso, que encaminhe à Assembleia Legislativa uma proposta propondo autonomia universitária para que as nossas universidades possam ter vez, voz e possam elas mesmas gerenciar os seus recursos e inclusive com a contratação e criação de cursos.

Muito obrigado, senhor presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Horário destinado à Liderança do Governo.

(**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 010/2004, subscrito pelo deputado Nelson Garcia, constante do expediente, comunicando que com o término da sua licença para tratamento de saúde, está reassumindo suas funções parlamentares nesta data. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Retirado pelo autor.**

Projeto de lei de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 262, de autoria do deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, comunicando que estará se ausentando da Assembleia Legislativa nos dias 27 de abril a 07 de maio próximo, para participar do Programa Líder Público - Missão de Estudos à Europa (Espanha e Itália) com a finalidade de conhecer experiências de desenvolvimento sustentável. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 248, de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde de 121 (cento e vinte e um) dias, conforme atestado médico em anexo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 260, de autoria do deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária no dia 11 do corrente mês (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 031/2004, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 483/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, a ser organizado através da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/CC Nº 016/2004

Curitiba, 09 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 402/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 483/2003, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir o Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, destinado a fomentar a produção cultural de cinema e vídeo no Estado do Paraná, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do parágrafo 2º, do artigo 2º.

Os dispositivos acima foram vetados pelo simples fato de que, estabelecendo que a publicação de edi-

tais de aberturas para fins de outorga dos prêmios instituídos seria em janeiro de cada ano, impossibilitaria premiações no corrente exercício, algumas que, aliás, já vinham sendo programadas e que apenas aguardavam o advento da lei em causa. Ressalte-se que a parte vetada poderá ser objeto de nova lei visando readequação de calendário para promoções nos exercícios subsequentes.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 483/2003 encontra-se publicado no DA nº 108/2003, de 09/12/2003, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 31/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 483/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, objeto de veto parcial do governador, visa instituir o Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, a ser organizado através da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

**Em votação.**

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, é com imensa satisfação que vamos pedir o voto dos senhores deputados para manter o veto em relação a esse veto parcial apostado pelo governador.

Quando foi elaborada essa legislação e quando a Assembléia vinculou uma data, a data da expedição do edital para a realização deste primeiro ano deste prêmio ao cinema no Estado do Paraná. Todos nós estamos assistindo ao desenvolvimento da cultura nacional e, sobretudo, o cinema nacional hoje passa por um processo de desenvolvimento e de fomento como não assistimos nos últimos 20 anos. Cinemas, produções nacionais alcançando índices de bilheteria na ordem de dois milhões, de três milhões de espectadores no Brasil inteiro. Filmes premiados, filmes indicados para premiação no Oscar como vem acontecendo nesses últimos quinze anos.

Aqui no Estado do Paraná, temos uma produção cinematográfica de alto nível, vários curta metragem nossos foram premiados, em diversos festivais europeus e no resto do mundo.

Estamos honrados com a presença hoje dos amigos cineastas que representam a Associação de Cinema, Áudio e Vídeo do Estado do Paraná e que ajudou na elaboração deste projeto de lei.

O Paraná vai corrigir uma distorção, nós não temos apoio do ponto de vista do Estado para a cultura paranaense e que pela primeira vez vai ter um prêmio que vai ajudar o cinema do Estado do Paraná. Só para se ter uma idéia, o Estado do Santa Catarina que tem um PIB que é 57% do PIB do Estado do Paraná, tem uma política na área da cultura dez vezes superior à política cultural paranaense, sem levarmos em consideração outros Estados como o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Estado de São Paulo.

Então, o Paraná precisa corrigir essa distorção em relação à política cultural. Nesses últimos anos nós não tivemos e não temos hoje uma decisão por parte do Governo, por parte dos poderes constituídos de privilegiar, de priorizar a cultura no nosso Estado. Esse passo que o governador Requião está dando é um passo muito importante. Vai ajudar a consolidar uma política na área do cinema, para nós, paranaenses, eu acho que vai ser de grande valia.

Nesse sentido, o veto parcial apostado pelo governador é para corrigir essa distorção, porque com a fixação deste prazo, como o prazo já passou, impossibilita que a lei tramite e a Secretaria da Cultura possa executá-la sem nenhum arranjo jurídico.

Então, vamos retirar parcialmente essa questão da data e tão logo a publicação do Diário Oficial aconteça ou a Secretaria de Estado da Cultura vai publicar o edital abrindo concurso para roteiros na área de cinema para todo o Estado do Paraná, premiando com um milhão de reais um longametragem.

Com a lei de Incentivo à Cultura que existe no território nacional e com as leis de incentivo à cultura municipal na cidade de Curitiba, na cidade de Londrina, de Maringá, de Cascavel, na cidade de Paranaguá, isto é, nas principais regiões do Estado, a produção cultural do ponto de vista cinematográfico vai poder ter o amparo, do ponto de vista do Estado, do município e do Governo Federal, para produzir cinema no Estado do Paraná. É isso que estamos precisando, é dar um apoio para que os talentos do nosso Estado possam aparecer. E o governador, ao referendar o apoio deste projeto de lei, acho que está dando um passo significativo neste sentido.

Por isso, peço aos senhores deputados que mantenham o veto do governador, que é importante para que este projeto possa acontecer.

**O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados.



Quería inicialmente saudar o deputado Ângelo Vanhoni, pelo projeto e dizer que vou votar com V. Exa., porque sabemos que V. Exa. tem um grande carinho pela cultura.

Como votei recentemente a criação de cem cargos para o Teatro Guaíra, para colocarmos em ordem a cultura, que está uma esculhambação, sem cargo, está ruim e votamos a favor. Mas, entristeço-me, às vezes, deputado Vanhoni, porque quando o governo quer, as coisas acontecem. Quando o governo quer cem cargos para o Teatro Guaíra, o Estado tem dinheiro. Quando o Estado quer, aprova um milhão e 800 à cultura, para o cinema do Paraná andar! Sensacional! Mas entristece-me do outro lado, deputado Vanhoni. Eu gostaria que V. Exa. - que certamente é um dos futuros prefeitos da Capital do Estado - se empenhasse também, para que se resolvesse o problema do IML de Ponta Grossa, de Curitiba, de Guarapuava, que não têm funcionários. Estou dizendo que o projeto é bom e voto a favor, mas gostaria também que o governo tivesse o mesmo tratamento para o IML que não tem funcionário em Ponta Grossa. Quando morre um pobrezinho, exatamente o pobrezinho que vem da "Carta de Puebla", - preferencialmente os pobres - não tem funcionário! Fica uma família dez horas esperando a boa-vontade do médico.

Eu gostaria, deputado Ângelo Vanhoni, que quando falasse de cultura também falasse de IML. Que o governador fosse o mesmo serelepe quando quer, como costume dizer e quando ele quer é uma tartaruga - que ele também fosse um serelepe, para resolver a falta de professores da Universidade de Ponta Grossa.

Para encerrar, vou votar com os técnicos do Paraná, que tenho certeza são bons técnicos, mas gostaria que o governador Requião fosse um verdadeiro serelepe com a Universidade de Ponta Grossa e com o nosso Instituto Médico Legal do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)**

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado Dobrandino da Silva.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA**

Vou apoiar a determinação do pedido do deputado Ângelo Vanhoni de manter o veto do governador. Mas como desviou o assunto o deputado Jocelito: serelepe, quando o governo quer.

Pergunto a ele, que foi governo na cidade de Londrina, será que ele fez tudo que o povo queria? Por que ele não foi serelepe quando tinha denúncias de protesto na cidade de Londrina? Essa demagogia não se pode admitir. Quando tem platéia se fala em tudo. Ele foi governo e na mesma escala é a mesma coisa.

**O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)**

Deputado Dobrandino, nós estamos fugindo do encaminhamento.

**O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, só quero esclarecer que fui prefeito de Ponta Grossa e não de Londrina. Seria uma honra ser prefeito de Londrina.

**O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)**

Aceito a correção.

Encerrado o encaminhamento, solicito ao 1º secretário que faça a chamada, esclarecendo que aqueles que tiveram determinação de votar pela manutenção do veto e pelo encaminhamento dos senhores deputados, especialmente, do autor, deputado Ângelo Vanhoni, votem SIM. E os que forem contrários votem NÃO.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)**

**(Procede à chamada nominal)**

Quarenta e três senhores deputados votaram.

**O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)**

Designo os senhores deputados Felipe Lucas, Francisco Bühner e Pedro Ivo para fazerem a contagem dos votos.

**O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)**

Enquanto procede à escrutinação, quero fazer registro de profundo pesar do falecimento da historiadora Cecília Maria Westhfalen. Perdeu o Paraná, na data de ontem, um dos seus melhores quadros intelectuais, a professora Cecília Maria Westhfalen que hoje foi sepultada na cidade da Lapa onde nasceu. Nascida em 1927, construiu uma obra histórica de insigne. Ela especializou-se em levantamento e arrolamento de arquivos, um extenso projeto que resgatou para o Paraná todas as fontes primárias da história da nossa terra e da nossa gente. Sejam arquivos da Torre do Tombo em Lisboa, sejam os arquivos gerais das Índias, lá em Sevilha na Espanha, sejam os arquivos das igrejas matrizes de Paranaguá, de Curitiba, da Lapa, de Morretes, de Antonina e das outras cidades do Paraná.

A professora Cecília Maria Westhfalen, escreveu também o Atlas Histórico do Paraná, que era uma radiografia de 50 em 50 anos com 31 mapas e textos, mostrando toda a formação do Paraná desde a pré-história até 1960.

Notável também o seu livro Porto de Paranaguá, um porto sedutor, um livro de 800 páginas que renovou a metodologia e a conceituação da pesquisa. Também notável o seu dicionário histórico e biográfico do Paraná. O livro Carlos V e o seu Império Universal, história do Rei da Espanha do século XVI, que chegou a governar o Brasil e o seu Dicionário Histórico e Biográfico do Paraná.

Pranteamos essa ilustre professora, que uma vez por ano fazia realizar em Curitiba, já há vários anos, o encontro da Academia Brasileira de Historiadores.

Que ela descanse em paz e que fique eterna a sua memória. Era isso.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Deputado Rafael Greca, esta Mesa se associa aos sentimentos de pesar que V. Exa. registra nesta tarde.

O 1º secretário anuncia que, dos 43 votos, 36 foram SIM; 07, NÃO. Nós agradecemos aos deputados Felipe, Pedro Ivo e Francisco Bühner, pela escrutinação.

Portanto considero **mantido o veto** do senhor governador.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Apenas solicitaria, sei que é uma quebra inclusive do nosso regimento, se V. Exa. assim permitir, que na próxima votação, os deputados da Comissão de Educação pudessem votar rapidamente, porque o secretário já se encontra aqui e como nós havíamos marcado com ele 16h30min, estou solicitando que os deputados votem para poderem retirar-se. Caso contrário, infelizmente, nós temos que sair.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Senhor deputado, infelizmente quando existe Sessão em andamento, não tem condições de ter reunião de Sessão Permanente, até porque já foi anunciado uma segunda Sessão para esta data. Nós teremos mais uma votação de veto, mais uma votação secreta, que é de título de Cidadão Honorário.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Quero justificar a minha ausência na próxima Sessão, porque estaremos com o secretário, não formalmente, já que não permitido, mas ainda assim, informalmente, porque temos um problema grave que tem que ser resolvido.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Será anotado a ausência dos senhores deputados da Comissão de Educação.

## ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 039/2003, veto aposto ao Projeto de Lei nº 242/2003, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que altera dispositivos da Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a instituição de taxa de segurança preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 193/2003

Curitiba, 13 de setembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 143/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida

pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 242/2003, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar, conforme especifica, dispositivos da Lei nº 10236, de 28 de dezembro de 1992, no sentido de ampliar o rol de isenções de cobrança da Taxa de Segurança Preventiva, o que, por via de consequência, reduz arrecadação de recursos financeiros do “Fundo de Modernização da Polícia Militar do Estado”.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência, decorre do fato de a medida ter sido considerada contrário ao interesse público porque a pretendida isenção, caso concedida, viria atingir atividade em que há cobrança de ingressos da população. Por outro lado, vale mencionar que haveria inconstitucionalidade por ofensa ao princípio de iniciativa do processo legislativo, porque a competência exclusiva do governador do Estado (artigo 133 da Carta Estadual) para propositura da “Lei de Meios”, indiscutivelmente estende-se a projetos de lei que visem alterá-la em seu conteúdo básico: a estimativa da receita e a fixação da despesa.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 242/2003 encontra-se publicado no DA nº 027/2003, de 05/05/2003).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 39/2003

### P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 193/2003, de autoria do Exmo. deputado Miltinho Pupio, que tem por escopo alterar dispositivos da Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a instituição de taxa de segurança preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

Porém, com a análise dos artigos 129 e 53 da nossa Carta Magna Estadual, não podemos considerar o projeto de lei como inconstitucional como evidencia o veto do Governo do Estado, sendo, portanto, apenas contrário ao seu conceito de interesse público.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

**Em votação.**

**A SRA. ELZA CORREIA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente vou fazer o encaminhamento porque este veto na verdade ele é o veto correto. Talvez fui aconselhada inclusive a não fazer esse encaminhamento por ser da região. Mas, acima de tudo, tenho um compromisso com a minha postura política e com a minha consciência.

Sinto-me na obrigação de fazer esse encaminhamento. É uma questão de postura. Esse projeto, na verdade, está crivado de inconstitucionalidade e de ilegalidade.

O Governo quando faz o seu orçamento conforme consta no Artigo 133 - que é competência exclusiva do governador a questão dos projetos relativos à receita. A Assembléia Legislativa não tem competência para definir em relação a isso. Quero crer que não esteja falando bobagem, porque estou amparada pelo que preconizam nossos documentos, inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Este dinheiro arrecadado nas feiras de exposições, com o pagamento de taxas da Polícia Militar, que faz a segurança das feiras, ele vai para o Fundo de Segurança. Nós precisaríamos, aqui, inclusive como preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada, na seção II, quando trata da questão de renúncia de receita, nós teríamos que fornecer esta questão de renúncia, nós teríamos que fornecer esta questão, cada vez que acontecesse renúncia de receita, de uma estimativa de impacto orçamentário financeiro em exercício. Nós não temos, aqui. Portanto, se o Governo, se nós votarmos para abrir mão de receita, que é fundamental no orçamento, inclusive para o Fundo de Segurança, nós estaremos incorrendo em inconstitucionalidade.

Colocado isto, evidentemente cumprindo minha obrigação, vamos apoiar e acatar a decisão soberana da Casa. Mas, mesmo sabendo que correrei risco de ser criticada em Londrina, porque houve um pedido do próprio presidente da sociedade rural para que eu votasse contra o veto, e não tenho condições, para não entrar em contradição, votar favoravelmente e pedir o contrário.

Então, aqui, companheiros, está colocada minha posição. O veto tem procedência. O Governo não pode abrir mão dessa receita. E tampouco a Assembléia Legislativa tem competência para propor evasão de receita, para propor uma questão desta natureza, porque estamos impedidos pela Constituição, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e estaríamos prejudicando, inclusive, o Fundo de Segurança.

**O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)**

Participo ao deputado Tadeu e aos membros da Comissão de Educação que se não se verificar quórum, porque temos vinte e oito deputados em plenário para Sessão, infelizmente aqueles que estiverem ausentes, levarão falta. Por isto, é importante a presença de todas as senhoras e senhores deputados.

Concedemos a palavra ao deputado Miltinho Pupio.

**O SR. MILTINHO PUPIO (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, estamos encaminhando este projeto, já no entendimento com as lideranças dos Partidos, para que votássemos pela derrubada do veto. Quero agradecer aos deputados e aos líderes dos Partidos, e este projeto está sendo baseado num projeto que existe na Casa, onde foi feito, no passado, um projeto semelhante a este, também isentando os campos de futebol de não pagar esta taxa de segurança.

Por isso, fizemos este projeto, entendendo também os pequenos parques de exposição, muitos não podem fazer uma exposição porque não têm receita para pagar a taxa de segurança. Foi o motivo de nós fazermos este projeto.

E por isto, pedimos aos senhores deputados, aqueles que têm compromisso com a Educação, que aguardem um minutinho, que nós podemos votar este projeto. Até porque nós vamos estar na cidade de Paranavaí na próxima sexta-feira, junto com o vice-governador Orlando Pessuti e que deve ser cobrada lá a questão deste veto. E aí nós temos como dizer aos presidentes de parques de exposição que nós realmente podemos derrubar este veto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)**

Solicito ao senhor 1º secretário para que proceda à chamada dos senhores deputados para votação.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)**

**(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).**

**O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)**

Quarenta e um deputados participaram da votação.

Designo para o escrutínio os deputados Cleiton Kielse, Artagão Júnior e Jocelito Canto.

**(Escrutínio dos votos)**

Nove deputados votaram pela manutenção do veto e trinta e dois pela derrubada do veto.

Portanto, está **derrubado o veto** aposto ao Projeto de Lei nº 242.

Solicito ao deputado Augustinho Zucchi que me substitua nesta presidência.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)****ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Instituto São José, com sede e foro no município de Jaguapitã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. 072, em 15/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 536/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Durval Amaral, declara de Utilidade Pública o Instituto São José, com sede e foro no município de Jaguapitã.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/2003, de autoria do deputado Luiz Nishimori, que concedo o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Sra. Tomi Nakagawa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. 076/2003, em 23/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 568/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Luiz Nishimori, propõe a concessão de título de Cidadania Honorária deste Estado a senhora Tomi Nakagawa, única pessoa ainda viva que chegou ao Brasil no primeiro navio vindo do Japão, o Kasato Maru, em 1908.

Nascida em 15 de outubro de 1906, em Tamana-Shi-Kumamoto-Ken, no Japão, passou sua infância no interior paulista, vindo a residir em Cambé, norte paranaense, no início da década 50, mudando-se para Londrina em 1958, onde reside até hoje.

Grande empreendedora e pioneira na sociedade paranaense, empenhou-se ao máximo na construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Mãe de 8 filhos, possui ainda 30 netos, 33 bisnetos e 1 tataraneto, todos aprendizes de seus ensinamentos e de sua forma serena de viver.

A concessão de título honorífico do Estado, está vinculada ao cumprimento das condições previstas na Lei 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, e a satisfação das condicionantes estabelecidas na lei mencionada estão adequadamente demonstradas nos autos deste projeto de lei, inclusive, a informação da Diretoria Legislativa desta Casa nos dá conta que o PSDB ainda não apresentou, nesta legislatura, projeto de lei desta natureza.

Considerando portanto a plena adequação desta proposição aos ditames constitucionais, legais e regimen-

tais esta Comissão de Constituição e Justiça emite parecer favorável ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Em votação.

O SR. LUIZ NISHIMORI (**Para Encaminhar**)

(Lê):

É inegável a contribuição dos imigrantes para a formação da história de nosso Estado e nosso País. Os japoneses, depois de portugueses, espanhóis e italianos e alemães, foi o maior grupo de imigrantes que desembarcou em nossas terras, depois da abertura das imigrações oficiais, no Segundo Império.

Os primeiros japoneses chegaram no navio Kasato Maru, em 1908, em Santos. A Sra. Tomi Nakagawa, na época com dois anos de idade, estava lá. No Brasil, ela trabalhou, fez a sua família, prosperou. Hoje, com 97 anos, Tomi Nakagawa é a única sobrevivente do navio Kasato Maru no Brasil.

A Sra. Tomi Nakagawa é uma parte viva da história brasileira, por isto ela merece um título de Cidadã Honorária do Paraná. O nosso Estado deve preservar a sua história e nada mais justo que a concessão desta honraria para lembrar, na figura de Tomi Nakagawa, a contribuição da imigração japonesa para a história do Brasil.

Por essas razões, senhoras deputadas e senhores deputados, peço o seu voto para consolidar esta honraria à Sra. Tomi Nakagawa.

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Atenção senhores deputados para a chamada nominal para votação, já que é um projeto que segundo o nosso Regimento Interno exige votação nominal e secreta.

Solicito à 1ª secretária, deputada Luciana Rafagnin, que proceda à chamada dos senhores deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

Procede à chamada nominal dos senhores deputados para votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Trinta e oito senhores deputados votaram.

Solicitam aos deputados Marcos Isfer, Alexandre Curi e Mário Bradock, para que realizem o escrutínio dos votos.

(**É realizado o escrutínio**)

Trinta e oito votos SIM.

Portanto, está **aprovado** o projeto.

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 671/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santana do Itararé - APAE, do município de Santana do Itararé, comarca de Wenceslaw Braz. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA. 093/2003, em 10/11/2003).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 671/2003

## P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santana do Itararé - APAE de Santana do Itararé, com sede no município de Santana do Itararé e foro no município de Wenceslaw Braz.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade de constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 679/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Sol Nascente, com sede e foro na cidade de Palm-ital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA. 096/2003, em 17/11/2003).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 679/2003

## P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Sol Nascente, com sede e foro na cidade e Palm-ital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade de constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 690/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Roncador - ASRR-PR, com sede em Roncador e foro no município de Campo Mourão. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA. 097/2003, em 18/11/2003).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 690/2003

## P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Roncador, com sede no município Roncador e foro no município de Campo Mourão.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas. É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

## EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ

## PROJETO DE LEI Nº 690/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Roncador, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 727/2003, de autoria do deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal de São Bento, com sede em Pinhal de São Bento e foro no município de Santo Antonio do Sudoeste. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA. 106/2003, em 08/12/2003).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 727/2003

## P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Ademar Traiano, declara de Utilidade Pública a Asso-

ciação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal de São Bento, com sede no município de Pinhal de São Bento e foro no município de Santo Antonio do Sudoeste.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ PROJETO DE LEI Nº 727/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal de São Bento, com sede no município de Pinhal de São Bento e foro no município de Santo Antonio do Sudoeste..

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 731/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores do Bairro Poço Azul - Ampazul, com sede e foro no município Barbosa Ferraz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. 108/2003, em 09/12/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 731/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores do Bairro Poço Azul - Ampazul, com sede e foro no município Barbosa Ferraz.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade de constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somo de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/2004, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Arpac - Associação Regional dos Pescadores

Amadores de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. 002/2003, em 17/02/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 008/2004

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Luiz Accorsi, declara de Utilidade Pública a Arpac - Associação Regional dos Pescadores Amadores de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade de constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somo de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 231 a 237, de autoria do deputado Nelson Tueck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 240, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 241, 242 e 261, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 243, de autoria do deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 245, 246, 249 e 251, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 250, 256 e 257, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 252, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 254, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 258, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 259, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 263 e 264, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 265, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 266 e 267, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Atenção, senhores líderes partidários, à comunicação desta presidência: solicitamos aos senhores líderes partidários indicarem até a próxima segunda-feira, dia 15 de março, os membros para comporem as seguintes Comissões Parlamentares de Inquéritos - CPI das Universidades estaduais, sete membros: PMDB, dois membros; PT, PSDB, PFL, PPS e PDT, um membro. CPI da reforma Agrária, quinze membros: PMDB, quatro membros; PT, três membros; PSDB, dois membros; PFL, PPS, PDT, PP, PL e PTB, um membro.

Portanto, até segunda-feira, dia 15 de março, para a indicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 233, 735/2003; 014/2004 e do de Resolução nº 003/2004.

Levanta-se a Sessão.

### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 10 DE MARÇO DE 2004.

#### “Pronunciamento do Dr. João Pedro Gebran Neto”

Boa noite a todos. Paradoxalmente vim realizar uma homenagem simultaneamente difícil e fácil. Difícil porque este momento é cheio de emoção, dor, tristeza e saudades. Fácil porque falar de meu pai é motivo que envolve meu coração de amor, orgulho e algum bálsamo. O meio que melhor encontrei para revelar estes sentimentos ambíguos foi escrevendo uma pequena história:

- Mas, senhor, não é prematuro o chamado? indagou o mensageiro.

- Tenho que tomar esta medida. A missão que posuo é especial e exige pessoa qualificada.

- Necessito de alguém que seja dinâmico e empreendedor, mas saiba valorizar aqueles que estão à sua volta. Que dê ordens, imponha a autoridade, ao mesmo tempo em que seja sensível para compreender as falhas humanas. Que conviva socialmente com

muitos, mas valorize sobremaneira sua família. Que circule nos mais diferentes círculos, mantendo-se sempre autêntico e humilde. Que saiba selecionar como poucos aqueles que privarão de sua íntima amizade. Que convivendo nos mais diferentes meios, mantenha-se sempre íntegro.

- Entendo, senhor, mas existem muitas pessoas com tais qualificações. Algumas delas com muito mais idade e com saúde precária.

- Escute, meu bom mensageiro. Tenho ciência de que meu pedido não é fácil. Repercutirá na vida de muitos, trará tristeza, saudades, dor. Porém, isto é imperativo que ocorra.

Não posso olhar apenas para os amigos e familiares da nossa escolhida. Tenho que analisar a inteireza de meu projeto, que é muito maior. As qualificações do “escolhido” impõem a decisão. Para ser breve, posso dizer-lhe que:

- Como filho, sempre foi dedicado e cuidadoso com seus pais, não raras vezes desfez-se de compromissos para atender o desejo paterno e ir à missa ou comprar rosquinhas.

- Como profissional, iniciou aos 14 anos, galgando todos os degraus da Assembléia Legislativa, chegando a diretor geral. Trabalhou no Palácio Iguaçu e teve rápida passagem pelo Banestado. Dedicou-se às campanhas eleitorais de amigos.

- Como homem ligado ao meio social em que vivia, realizou interminável carreira de direito em associações, como Clube Curitibano, Coritiba Foot Ball Club e Caixa de Assistência dos Advogados. Em todos esses lugares deixou sua marca de empreendedorismo, retidão moral, amigo de todas as horas e preocupação com as pessoas que estavam à sua volta. Legou aos advogados uma Caixa renovada, prestando serviços variados em diversas localidades, com o ótica, livraria, fisioterapia e farmácia. Sem contar os benefícios assistenciais que se empenhou em prestar aos advogados.

- Como ser humano, além de estar sempre disposto a ajudar aqueles que necessitavam de auxílio, demonstrou ter aprendido a lição maior de amor ao próximo, fundando e dedicando-se por mais de uma dezena de anos à Escola Especializada Primavera. Um homem fraterno.

- Superou-me como chefe de família. Marido amoroso, dedicado e ciumento, sempre preocupado em agradar e mimar sua esposa. Como pai e avô, tinha o seu maior prazer na reunião da família. Vibrava e torcia com cada passo pessoal e profissional de seus filhos, genro, nora e netos.

- Mestre - perguntou o mensageiro, e aqueles que ficam?

- Um ser tão especial e amado é insubstituível. A saudade é inevitável, mas resta a certeza de uma vida bem vivida e bem sucedida. O pronto atendimento por equipe médica competente. A passagem tranqüila e rápida para uma nova vida. Também resta o consolo da presença de mais de duas centenas de amigos que acorreram

para a derradeira despedida. O tempo e a fé dará a compreensão de que a partida é também o início de uma nova vida.

- Ninguém nasce para morrer. As pessoas nascem para ressuscitar.